



/RELATÓRIO E CONTAS/

MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.



/2020/

01

ÓRGÃOS
SOCIAIS
P. 3

02

RELATÓRIO
DE GESTÃO
P. 5

03

CONTAS
ANUAIS 2020
P. 29

04

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
P. 38

05

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL
P. 148

01

ÓRGÃOS SOCIAIS



/CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / (2017-2020)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Vogais

Juan Fernández Palacios

Pedro Ribeiro e Silva

/MESA DA ASSEMBLEIA GERAL / (2017-2020)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

/CONSELHO FISCAL / (2018-2020)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente

José Gabriel Chimeno

/SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS / (2018-2020)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

02

RELATÓRIO DE GESTÃO



/ PRINCIPAIS INDICADORES /

No final do exercício de 2020, mesmo com a pandemia causada pela COVID-19, que teve consequências em outras variáveis, como a evolução da economia e do PIB, foi possível obter um resultado líquido bastante positivo, de cerca de 2,89 milhões de euros.

Os capitais próprios situaram-se em 50,21 milhões de euros, um novo reforço de, aproximadamente, 1,7 milhões de euros em relação ao ano anterior.



/ 2,9 M€
RESULTADO LÍQUIDO



/ 50,2 M€
CAPITAL PRÓPRIO



/ 332,5 M€
ATIVO



/ 282,3 M€
PASSIVO



/ 252 %
RÁCIO DE SOLVÊNCIA



/ 77
PESSOAS
55% homens
45% mulheres



/ 42,4 ANOS
MÉDIA DE IDADE



/ 16,1 ANOS
MÉDIA DE ANTIGUIDADE



/ 4.077 HORAS
FORMAÇÃO DE COLABORADORES
82% e-learning

01

CONTEXTO
SOCIOECONÓMICO

O débil contexto socioeconómico causado pela COVID-19 marcou o ano 2020. A área da saúde foi, numa primeira linha, a mais afetada, mas também a sociedade e a economia mundial. O consumo privado reduziu significativamente e o desemprego aumentou.

O ano 2020 fica, inevitavelmente, marcado pelo surto pandémico da COVID-19.

Detetado na China, rapidamente se propagou na Europa e no resto do mundo, num movimento potenciado, em especial, pela massificação do transporte aéreo e pela liberdade de circulação, resultado da globalização, processo este que caracterizou os anos mais recentes.

Num momento inicial ainda foi encarado como um problema local, mas acabou por ser declarado pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia à escala global.

Os seus efeitos não se refletiram apenas na saúde, mas também a outros níveis da sociedade e da economia mundial.

Perante a gravidade da situação, os governos não tiveram outra alternativa que não fosse decretar o confinamento geral das populações, arrastando as economias para uma queda abrupta, devido à paragem da atividade, especialmente acentuada no segundo trimestre, que teve um efeito irremediável sobre a evolução anual do Produto Interno Bruto (PIB), levando-a para terreno negativo.

Ainda que o efeito se tivesse sentido sobre a economia como um todo, foram, naturalmente, as atividades ligadas às viagens e ao turismo as que mais impacto sofreram, tendo as companhias de aviação entrado em colapso e os hotéis e restaurantes encerrado durante largas semanas.

*Perante a gravidade da situação, os governos não tiveram outra alternativa que não fosse **decretar o confinamento geral das populações**, arrastando as economias para uma queda abrupta, devido à paragem da atividade*

Posteriormente, no verão, talvez do resultado das medidas de confinamento e, provavelmente, do clima mais favorável, a redução na incidência de infeções permitiu um alívio gradual que se refletiu numa recuperação económica, no terceiro trimestre, contudo, sem chegar a compensar integralmente a perda do trimestre anterior.

/ QUADRO 1 / Indicadores da economia mundial

	2019	2020	2021
PIB mundial (% crescimento)	2,7	(3,5)	5,6
PIB área euro (% crescimento)	1,3	(7,3)	3,9
Comércio (% crescimento)	0,6	(9,5)	7,1
Cotação do petróleo (euros)	57,2	36,5	37,2

Fonte: Banco de Portugal (*Boletim Económico* – dezembro 2020)

Dados de 2020 e 2021 são estimativas.

Com argumentos válidos para todos, muito se discutiu por essa altura o possível padrão da evolução do PIB. Por um lado, considerou-se a recuperação em V, semelhante à crise de 2009, refletindo uma queda abrupta e uma recuperação rápida. Por outro, foi igualmente levantada a hipótese da trajetória ser em U, com uma queda abrupta e recuperação mais moderada. Além destes dois padrões, foi também discutido outro modelo, sem que se tenha conseguido concluir, de forma clara, qualquer uma das tendências levantadas (gráfico 1).

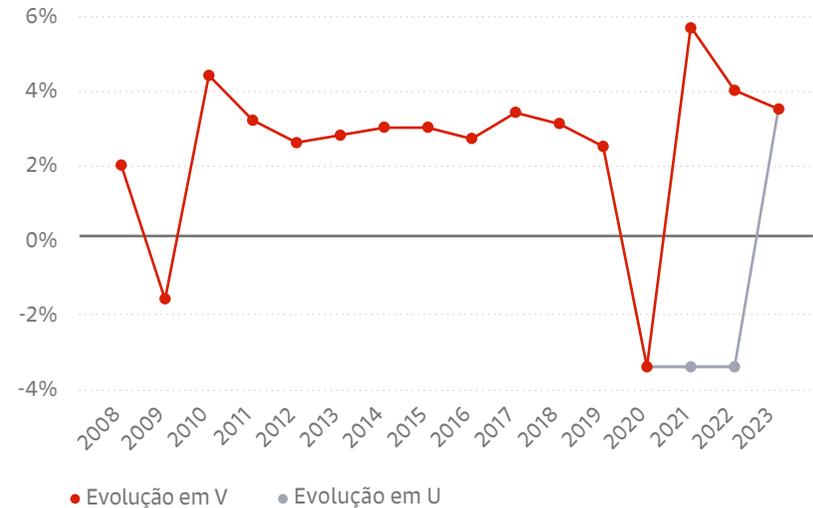
A verdade é que, no final do ano, voltou a aumentar a incidência de casos de infeção, introduzindo um novo travão e achatando a curva da recuperação, situação que se agravou, ainda mais, no início do ano 2021.

Assim, existiu uma degradação generalizada das variáveis económicas e das condições sociais das populações mundiais, incluindo o caso português.

Aliás, Portugal, onde o setor do turismo é, em grande medida, responsável pela expansão do PIB, nos últimos anos, e cujo peso era já de aproximadamente 25%, foi um dos países mais atingidos.

A taxa de desemprego aumentou, o consumo privado desceu, as exportações diminuíram drasticamente, ainda que essa quebra tenha tido um efeito líquido menor, já que as importações

/ GRÁFICO 1 / Evolução do PIB (% crescimento anual)



Fonte: Banco Mundial e Banco Portugal. Dados 2020-23 estimativas.

também abrandaram, e, pese a manutenção das taxas de juro em níveis baixos, o investimento cresceu a um ritmo menor que os últimos anos.

Como consequência, todas as previsões apontam para que, em Portugal, o PIB do ano de 2020 venha a apresentar uma diminuição bastante acentuada, em torno dos 8%, anulando os crescimentos conseguidos nos anos mais recentes.

Ao nível do ensino, houve necessidade de suspender as aulas presenciais, criando uma situação atípica nos processos de avaliação, agravando as desigualdades por via das menores condições de acesso às modalidades *online*, por parte dos alunos de camadas menos favorecidas da população.

As unidades e os profissionais de saúde viram-se pressionados e em dificuldades para responder ao elevado fluxo de casos de COVID-19, acabando por deixar para segundo plano a assistência às restantes patologias, cujas consequências negativas podem certamente emergir a médio prazo, aumentando a fatura a suportar pelo país.

O impacto económico negativo foi algo atenuado através de uma série de medidas de apoio social e fiscal por parte do governo, das quais incluem-se o acesso ao regime de *lay off* simplificado para empresas e trabalhadores, a mais emblemática, mas também moratórias ao pagamento de créditos bancários e arrendamentos, diferimento do pagamento de impostos, subsídios a fundo perdido, entre outras.

Este esforço, por parte do Estado, teve como consequência um forte agravamento do défice das contas públicas, interrompendo a trajetória de recuperação que tinha culminado, no ano anterior, com um pequeno superavit, observado pela primeira vez no regime democrático.

Tendo em conta este défice, não restou outra alternativa que não fosse aumentar o volume de dívida pública, cuja percentagem, em relação ao PIB, estava apenas a iniciar um movimento de correção no sentido descendente e se viu a regredir novamente para um nível recorde, o qual poderá condicionar bastante as opções políticas futuras, tal como algumas agências de *rating*, que já se apressaram a reclassificar os atuais índices.

É justo realçar o papel do Banco Central Europeu, que continuou a utilizar todos os meios ao seu alcance, através da disponibilidade massiva de liquidez, em manter as taxas de juro num nível reduzido, evitando, assim, colapsos das dívidas públicas. Esta manutenção das taxas de juro tem beneficiado Portugal, que chegou a emitir dívida, no final do ano, com uma taxa negativa na maturidade de 10 anos, algo nunca antes visto e que contribuiu para abrandar o impacto no défice.

Por sua vez, a União Europeia, apesar das dificuldades de entendimento entre os países que a integram, mostrou estar à altura das circunstâncias e acabou por aprovar um pacote de fundos a distribuir por todos os países, que ficou conhecido como “bazuca”. Espera-se que este conjunto de incentivos venha a funcionar como catalisador da ambicionada recuperação económica.

Apesar da aprovação dos estímulos europeus, existe uma elevada quota de esperança no processo de vacinação, como forma de erradicar o problema da atual pandemia. De facto, a comunidade científica respondeu de forma célere, conseguindo desenvolver várias vacinas em tempo recorde, já que algumas soluções foram aprovadas, ainda antes do final do ano, e estando outras em vias de o ser.

Este processo levará o seu tempo, porque as necessidades são de tal envergadura que a capacidade de produção e a logística não serão capazes, certamente, de permitir uma resposta tão imediata como todos gostariam. Aliás, várias são as notícias sobre os diversos constrangimentos logo, no início do ano 2021, por algumas das farmacêuticas produtoras.

Por isso, embora seja inequívoca a existência de sinais positivos no horizonte, os graus de instabilidade e incerteza, para o ano 2021, continuarão a ser muito elevados, dos quais se destacam o efeito que poderá vir a ter o fim do regime de moratórias e a velocidade a que o turismo venha a recuperar, impedindo a formulação de prognósticos com um mínimo de fiabilidade.

Ainda que a generalidade das projeções aponte para uma recuperação gradual da economia, 2021 será um ano difícil e desafiante que continuará a exigir uma grande capacidade de adaptação, tanto dos governos como das populações.

/QUADRO 2 / Indicadores económicos de Portugal

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	1,5	2,8	2,4	2,2	(8,1)	3,9
Consumo privado	2,1	2,3	3,1	2,4	(6,8)	3,9
Consumo público	0,6	0,2	0,9	0,7	0,4	4,9
Investimento	1,6	9,2	5,8	5,4	2,8	4,4
Exportações	4,1	7,8	3,8	3,5	(20,1)	9,2
Importações	4,1	8,1	5,8	4,7	(14,4)	8,8
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Índice de preços consumidor	0,6	1,6	1,2	0,3	(0,2)	0,3
Saldo das contas públicas	(2,1)	(1,4)	(0,4)	0,2	(7,3)	(4,3)
Taxa de juro curto prazo	(0,300)	(0,300)	(0,300)	(0,400)	(0,400)	(0,500)

Dados em percentagem – Dados de 2020 e 2021 são estimativas

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (*Boletim Económico* – dezembro de 2020)



02

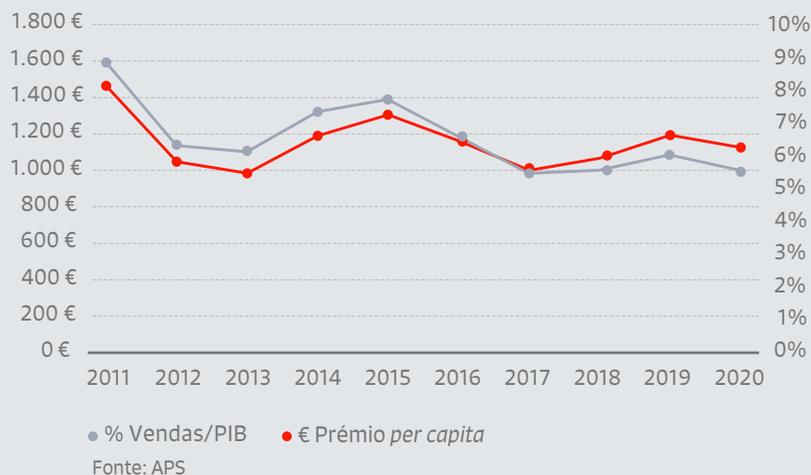
EVOLUÇÃO DO SETOR
SEGURADOR

Tal como a economia, a atividade seguradora foi influenciada pela pandemia por COVID-19, vindo o volume de prémios cair 18,7%, terminando, pela primeira vez na última década e meia, abaixo dos 10 mil milhões de euros.

À semelhança do resto da economia, a atividade do setor segurador foi influenciada pelo surto pandémico da COVID-19, vindo o volume de prémios cair 18,7%, terminando, pela primeira vez, na última década e meia, abaixo dos 10 mil milhões de euros.

Para se ter uma ideia da magnitude do impacto, basta observar o comportamento do peso do setor no PIB e o volume de prémios por habitante, dois importantes indicadores do setor no contexto económico. Tal como ilustra o gráfico 2, os dois indicadores acentuaram

/ GRÁFICO 2 / Penetração do setor segurador na economia



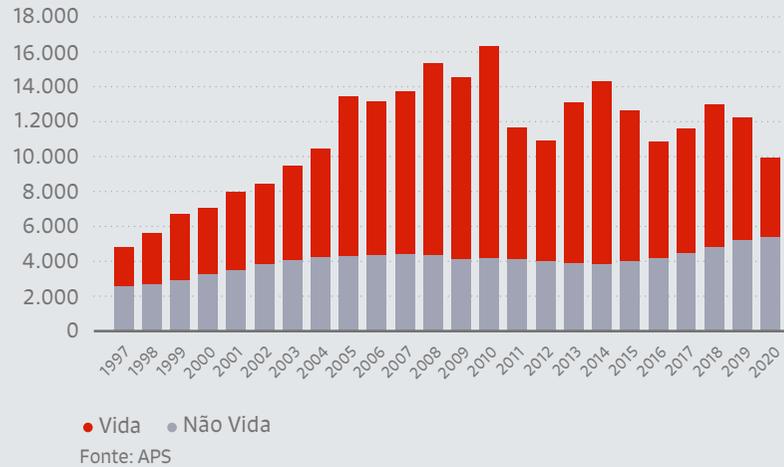
a tendência de descida, situando-se o peso do setor em 5% face a 5,7% no ano anterior e os prémios por habitante em 964,54 euros, pela primeira vez, desde o ano 2004, abaixo do limiar do milhar de euros.

Outro facto marcante do ano verificou-se ao nível de estrutura relativa dos dois segmentos principais. O volume de vendas do segmento Não Vida atingiu os 5,4 mil milhões de euros, superando o segmento Vida, que se ficou pelos 4,6 mil milhões de euros, algo que não acontecia há mais de 20 anos.

A área de Vida, pelo segundo ano consecutivo com uma taxa de crescimento negativa, parece ter sido a mais atingida pela difícil conjuntura. Além dos problemas associados à pandemia, esta área teve que enfrentar uma degradação dos níveis das taxas de juro que tornam muito pouco atrativos os produtos de poupança, nos quais o setor tinha baseado, em grande parte, o seu volume de vendas ao longo dos anos. Prova disso são as estatísticas do Banco de Portugal que indicam que os depósitos dos particulares no setor bancário, na sua maioria não remunerados, atingiram volumes recorde.

O volume de vendas do segmento Não Vida atingiu os **5,4 mil milhões de euros**, superando o segmento Vida

/ GRÁFICO 3 / Volume de vendas (milhares de euros)



/ 5,4
MIL MILHÕES €
VOLUME DE VENDAS
SEGMENTO NÃO VIDA

/ GRÁFICO 4 / Taxa de crescimento nominal de vendas



/ 2,1%
TAXA CRESCIMENTO
NO RAMO AUTOMÓVEL

Na realidade, uma análise mais detalhada do comportamento em Vida revela que apenas os produtos ligados a fundos de investimento cresceram, ainda que este aumento seja insuficiente para compensar a queda muito acentuada dos restantes produtos não ligados a fundos de investimento e dos Planos Poupança Reforma (PPR), tipicamente associados a capitais e taxas garantidas.

Por sua vez, o segmento Não Vida, até mais diretamente ligado à evolução do PIB e, portanto, onde se poderia esperar alguma regressão, revelou uma certa resiliência, apresentando um crescimento, ainda que com uma taxa inferior aos últimos anos.

Essa quebra na taxa de crescimento foi transversal a todos os ramos que compõem este segmento, especialmente em Acidentes de Trabalho que vinha de alguns anos de elevados crescimentos. Esta trajetória positiva vinha na sequência da aplicação de correções tarifárias, referentes ao equilíbrio técnico do ramo e que, em 2020, apresentou um aumento mais residual de 1,2%, refletindo o efeito da estagnação da atividade económica durante alguns meses do ano.

O setor automóvel foi uma das áreas mais duramente atingidas pela conjuntura adversa, com uma redução superior a 30% no número de veículos novos vendidos, o que, associado a algumas ações de devolução de prémios adotadas pelas seguradoras, levou a que o ramo Automóvel também sofresse uma diminuição de 2,1%.

Menos acentuada foi a quebra da taxa de crescimento nos ramos Multiriscos, atingindo 5%, um pouco abaixo dos dois últimos anos, mas claramente acima do histórico anterior.

Entre as possíveis razões para este desempenho, talvez se encontre o facto de o mercado imobiliário ter continuado a manter uma certa dinâmica, não evidenciando ter sido muito atingido pela crise económica e social.

O ramo de Doença conseguiu uma taxa de crescimento de 8,2%, em linha com a dos últimos anos, demonstrando dois fatores. Por um lado, o seu potencial de evolução positiva, na medida em que é um ramo cujo desenvolvimento, é mais recente. Por outro, a preocupação dos clientes em garantir mais um meio de proteção, face às dificuldades evidenciadas pelo Sistema Nacional de Saúde.

Em relação à sinistralidade Não Vida, de acordo com a informação preliminar da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), observou-se uma descida de aproximadamente 3 pontos percentuais. Embora esta redução seja vista, em geral, como um efeito positivo do atual contexto da pandemia, a verdade é que, na realidade, parece ter ficado bastante aquém daquela que poderá ter sido a perceção empírica dos cidadãos.

Na realidade, o confinamento de cerca de dois meses pode ter levado a uma redução da sinistralidade nos ramos em que os riscos cobertos estão diretamente

ligados à atividade das empresas e às deslocações dos particulares, como são os casos das áreas de Automóvel e Acidentes de Trabalho. Por outro lado, existiu um efeito contrário, noutro conjunto de ramos, com destaque para os Multiriscos patrimoniais, resultado do aumento do teletrabalho e de uma maior exposição aos riscos dos estabelecimentos comerciais e industriais em decorrência do encerramento temporário.

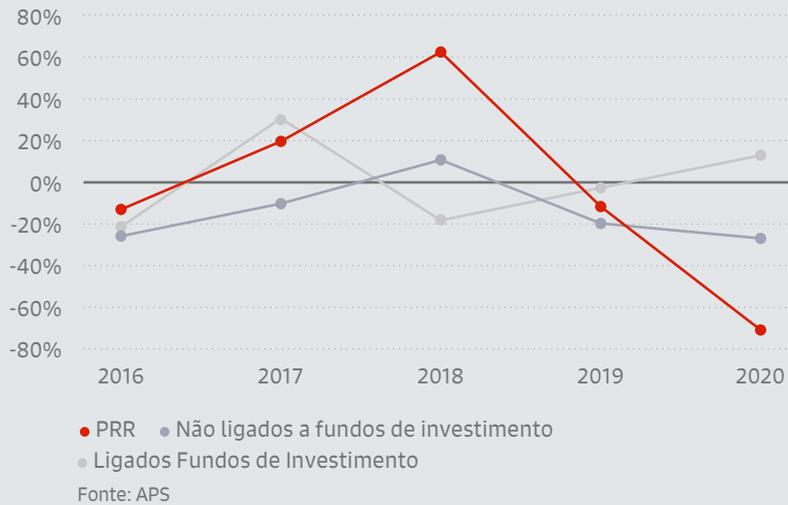
Enquanto os ramos de Automóvel e Acidentes de Trabalho viram a sinistralidade melhorar 8,5 e 7,7 pontos percentuais, respetivamente, na área de Multiriscos assistiu-se a uma inversão da tendência dos últimos 2 anos com um agravamento de aproximadamente 8 pontos percentuais.

Por sua vez, a sinistralidade de Vida Risco puro, ao contrário do que poderia ser expectável no contexto de uma pandemia, apresentou uma redução de 3,4 pontos percentuais, situando-se em 24,7%, o nível mais baixo dos últimos 5 anos.

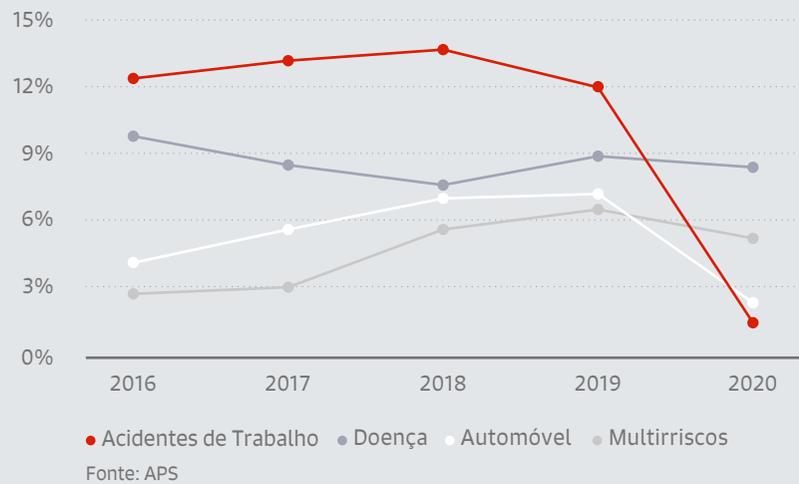
Face à relevância dos produtos de poupança no negócio do segmento Vida, traduzida pelo elevado montante de provisões matemáticas e passivos financeiros sob gestão, cabe aqui uma referência à evolução do fluxo técnico.

A sinistralidade de Vida Risco puro, apresentou uma redução de 3,4 pontos percentuais, situando-se em 24,7%, o nível mais baixo dos últimos 5 anos.

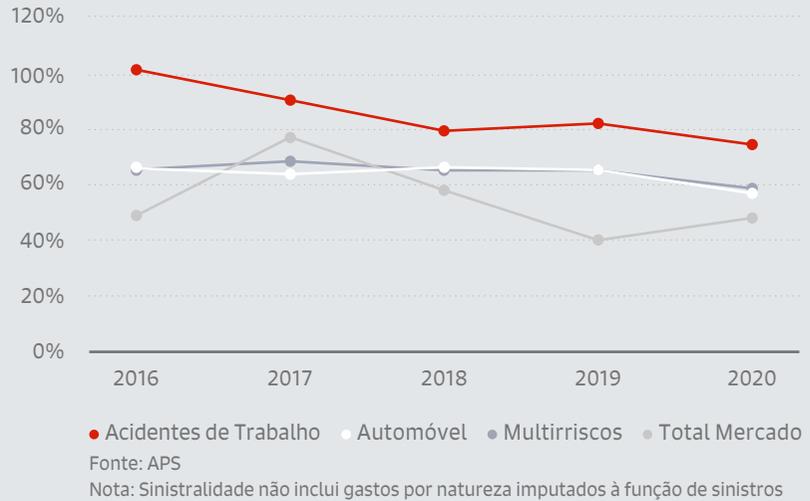
/ GRÁFICO 5 / Taxa de crescimento da área Vida



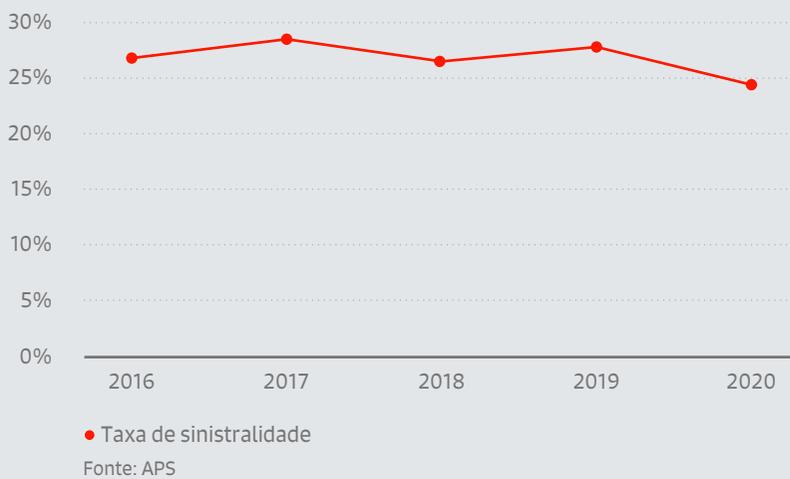
/ GRÁFICO 6 / Taxa de crescimento dos ramos Não Vida



/ GRÁFICO 7 / Taxa de sinistralidade Não Vida (sobre prémios emitidos)



/ GRÁFICO 8 / Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco Puro



O gráfico 9, através do qual se ilustra a evolução negativa do fluxo técnico mensal e do respetivo acumulado, traduz a fraca performance das vendas, já comentada, na medida em que estas não foram suficientes para compensar as saídas decorrentes de vencimentos e resgates.

Este comportamento veio inverter e absorver a quase totalidade da recuperação que, nos últimos 3 anos, estavam a permitir o fluxo acumulado desde o ano de 2012.

As baixas taxas de juro, que tornam o investimento em produtos de poupança pouco atrativos, as dificuldades de alguns clientes, para fazer frente aos impactos da pandemia e a incerteza em relação ao futuro, que os pode induzir à preferência por um grau mais elevado de liquidez, podem ser alguns dos fatores que terão contribuído para essa evolução.

Relativamente a resultados do exercício de 2020, à data de elaboração deste relatório, não se encontram ainda disponíveis dados concretos, mesmo que provisórios.

Olhando para a evolução das variáveis fundamentais, que contribuem para o resultado de exploração, observamos

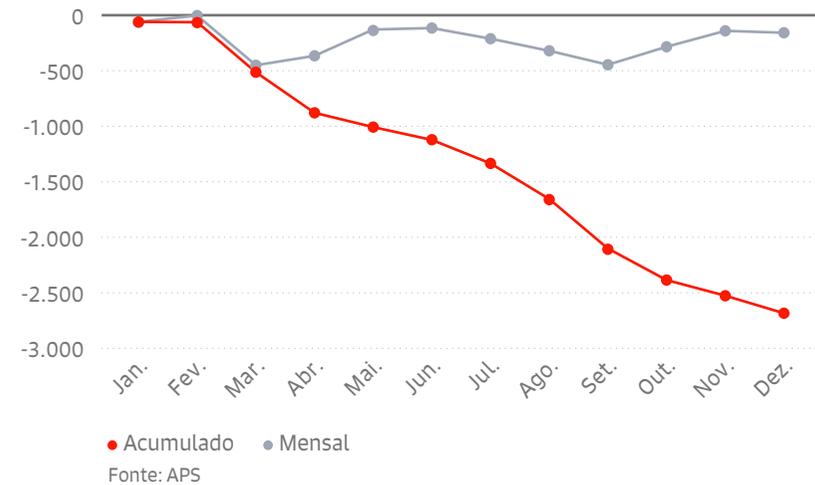
tanto comportamentos positivos, por exemplo, a sinistralidade Não Vida, como negativos, casos da rentabilidade financeira e da descida das vendas Vida.

Tentando avançar uma tendência, com base num mero sentimento fundado na experiência, poderá apontar-se para uma eventual recuperação do resultado do setor para um nível similar ao do ano 2018.

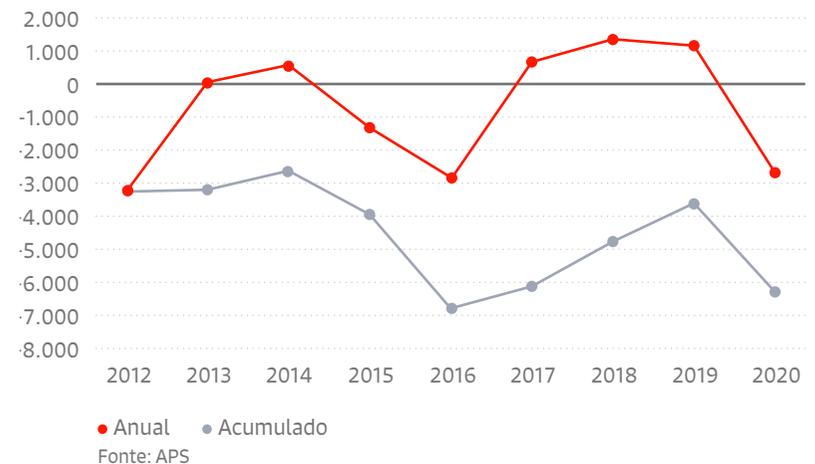
Na caracterização do setor cabe ainda uma referência, ao nível de solvência, com a limitação de que, também neste caso, ainda não são conhecidos os dados finais.

Os últimos dados disponíveis são referentes ao fecho do terceiro trimestre e situam o rácio de cobertura de solvência (SCR) nos 172,6%, com uma recuperação implícita em relação aos trimestres anteriores. Os indicadores posicionam-se um pouco acima do fecho do ano de 2019, o que demonstra a resiliência do modelo de negócio segurador, quando submetido a situações de *stress*.

/ GRÁFICO 9 / Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2020
(milhões de euros)



/ GRÁFICO 10 / Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2020
(milhões de euros)



03

INDICADORES DA ATIVIDADE DA MAPFRE – SEGUROS DE VIDA

As baixas taxas de juro e a limitação da atividade comercial, devido à COVID-19, tiveram um impacto no segmento dos produtos de poupança, condicionando o volume global de vendas. Estas alcançaram os 35,33 milhões de euros que, apesar da redução de 10,1%, continua com parecer favorável quando comparada com o decréscimo de 34,8% do conjunto do mercado.

/3.1. PRÉMIOS EMITIDOS E ENTREGAS PARA CONTRATOS DE INVESTIMENTO/

O contexto das baixas taxas de juro e a limitação da atividade comercial, derivadas da atual pandemia da COVID-19, tiveram um impacto significativo no segmento dos produtos de poupança. Estes fatores condicionaram o volume global de vendas, os quais alcançaram os 35,33 milhões de euros. Apesar da redução de 10,1%, podemos considerar este valor favorável, quando comparado com o decréscimo global de 34,8% no mercado, tal como já tinha acontecido no ano anterior.

De destacar a evolução do segmento de Risco Puro, que apresentou um crescimento de 37,9%, bastante acima do mercado que se ficou por 1,7%.

Esta *performance* contou com o contributo de uma carteira adquirida à Santander Totta

Seguros, no âmbito da parceria estabelecida com o Banco Santander, mediante a qual a MAPFRE irá explorar o canal *bancassurance* em Não Vida, através da *joint venture* MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, SA.

Ainda assim, caso esta aquisição não tivesse ocorrido, o crescimento teria sido na ordem dos 26,8%, valor este que é muito relevante.

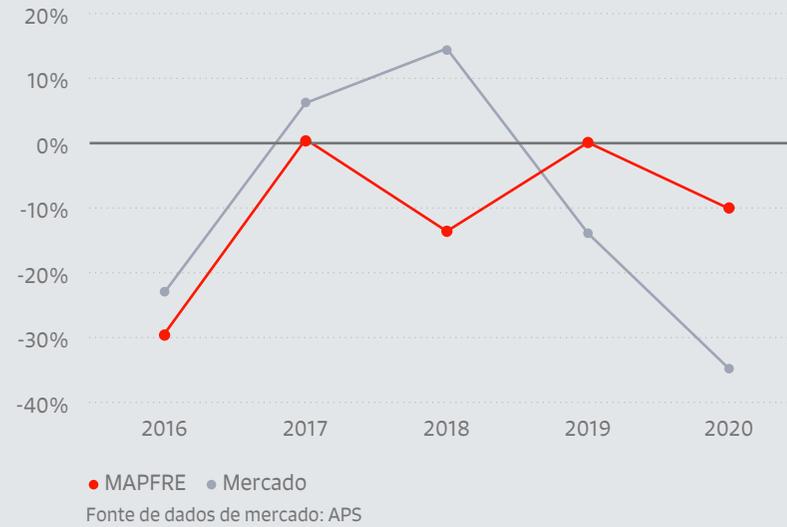
Do lado dos produtos de poupança, apesar do contexto pouco atrativo das taxas de juro, os PPR progrediram favoravelmente com um crescimento de 6,8%, tal como já não aconteceu em relação às vendas dos produtos Unit Linked que caíram 26,5%.

O segmento de Rendias Vitalícias apresentou um valor residual ao montante total de prémios, uma vez que já no ano anterior, tinha sido tomada a decisão estratégica de não o dinamizar.

Desta forma, é notório o peso acrescido que o segmento de Risco vem adquirindo, ao longo dos últimos anos, cumprindo, assim, a estratégia definida.

Os PPR progrediram favoravelmente com **um crescimento de 6,8%**. De destacar a evolução do segmento de Risco Puro, que apresentou **um crescimento de 37,9%**.

/ GRÁFICO 11 / Taxa de crescimento de vendas Vida



/35,3
MILHÕES €
VOLUME GLOBAL
DE VENDAS
NO SEGMENTO
DOS PRODUTOS
DE POUPANÇA

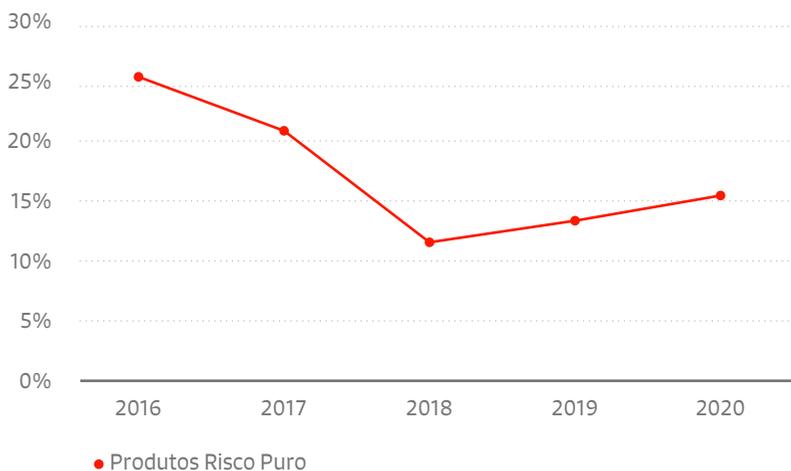
/ GRÁFICO 12 / Estrutura de Vendas Vida MAPFRE



/3.2. SINISTRALIDADE DE RISCO/

A taxa de sinistralidade dos produtos de Risco puro, apesar de uma pequena subida em relação ao ano anterior de menos de 2 pontos percentuais, voltou a terminar num nível excelente, ligeiramente abaixo dos 16%.

/ GRÁFICO 13 / Taxa de sinistralidade líquida de resseguro MAPFRE

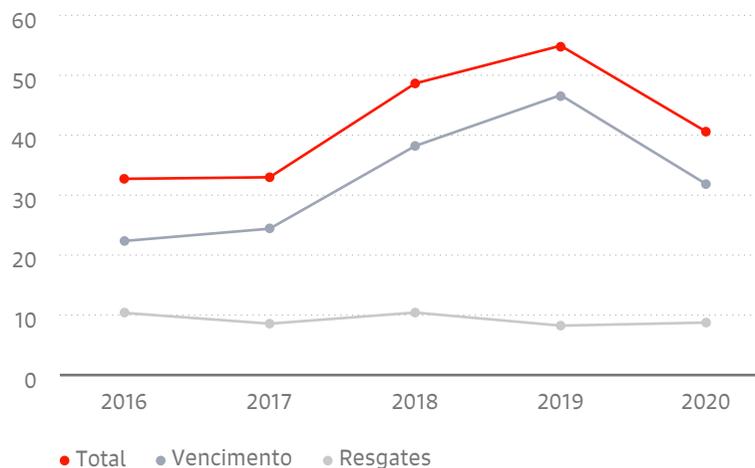


/3.3. RESGATES E VENCIMENTOS/

O volume de resgates manteve-se praticamente no mesmo nível do ano anterior, abaixo da média dos últimos 5 anos, refletindo a racionalidade dos clientes, ao preferirem manter os seus investimentos subscritos, numa época de maior nível de rentabilidade, do que aquela em que nos encontramos atualmente.

Tendo em conta o pico ultrapassado do ciclo de duração dos produtos, cujas apólices estavam associadas a um acordo especial de distribuição, o volume de vencimentos teve uma descida acentuada.

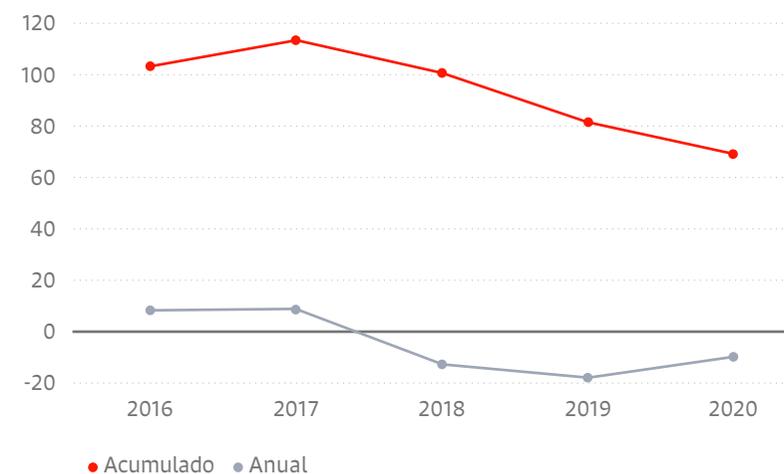
/ GRÁFICO 14 / Evolução dos resgates e vencimentos (milhões de euros)



/3.4. FLUXO TÉCNICO/

Apesar da redução do volume de vencimentos, o fluxo técnico foi negativo, dado o decréscimo que se verificou nas vendas dos produtos de poupança. Não obstante, o horizonte temporal dos últimos 5 anos mantém-se bastante positivo.

/ GRÁFICO 15 / Fluxo técnico do ramo Vida MAPFRE 2016-2020 (milhões de euros)



/3.5. RENTABILIDADE FINANCEIRA/

Há alguns anos que estamos confrontados com um contexto de baixas taxas de juro que tem levado a uma descida continuada da rentabilidade dos ativos financeiros.

No ano 2020, as autoridades monetárias, na tentativa de contrariar os efeitos recessivos da pandemia, mantiveram e até reforçaram os estímulos de liquidez, induzindo uma nova baixa nos níveis das taxas de juro. Do lado dos dividendos, verificou-se uma descida generalizada, devido às pressões dos reguladores, no sentido de limitar as distribuições de rendimentos pelas empresas dos setores que tutelam e à própria recessão económica. Aliás, o atual contexto levou as entidades dos setores não regulados a adotarem também uma certa prudência.

Apesar disso, beneficiando de uma carteira de ativos, baseados em títulos de rendimento fixo, com maturidades a médio e longo prazo, a rentabilidade financeira corrente da MAPFRE desceu ligeiramente, situando-se nos 2,8%. Já a rentabilidade total, com inclusão de mais valias realizadas dos movimentos de compras e vendas, para adequar a carteira aos passivos sob cobertura, ascendeu aos 3,5%.

/ GRÁFICO 16 / Rentabilidade da carteira de ativos financeiros e depósitos bancários



● Ações e fundos de investimento ● Títulos de rendimento fixo
● Depósitos a prazo ● Depósitos à ordem ● Total ● Total c/ Mais-Valias Realizadas

/3.6. RESULTADO LÍQUIDO/

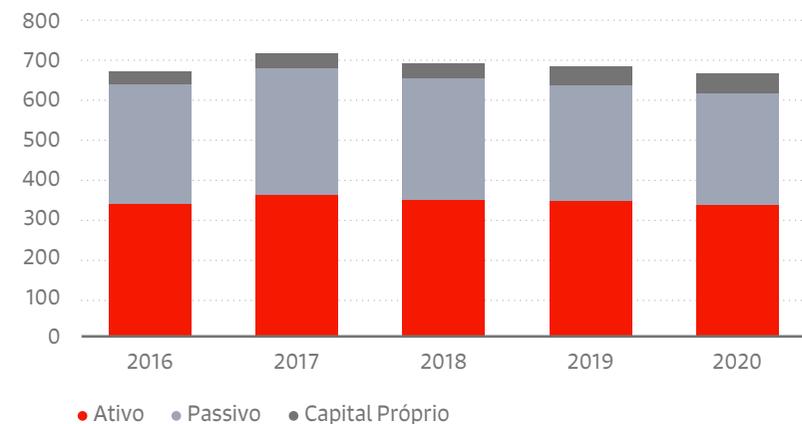
Face ao comportamento das variáveis anteriormente descritas, foi possível obter um resultado líquido bastante positivo, na ordem dos 2,89 milhões de euros, com uma redução implícita de 18,8% em relação a 2019, ano em que se verificou um comportamento excecionalmente favorável de algumas rubricas.

Este resultado permitiu atingir um ROE de 5,8%, cerca de 2,2 pontos percentuais a menos que no ano anterior, também influenciado pelo crescimento dos fundos próprios derivado da incorporação em reservas livres do resultado do ano anterior.

/3.7. BALANÇO/

No ano 2020, teve lugar uma operação de relevo com impacto no ativo que consistiu na aquisição de uma carteira de apólices de risco puro da Santander Totta Seguros, no contexto de uma parceria da MAPFRE – Seguros Gerais (detentora de 100% do capital da MAPFRE – Seguros de Vida), com o Banco Santander para a exploração do canal *bancassurance* no segmento de Não Vida. Esta operação, que se encontra registada no ativo da rubrica de outros ativos intangíveis, ascendeu a 4,43 milhões de euros.

/ GRÁFICO 17 / Evolução do balanço (milhões de euros)



● Ativo ● Passivo ● Capital Próprio

Para fazer face a esta aquisição e, simultaneamente, criar uma almofada de liquidez para o desenvolvimento da sua atividade corrente, a MAPFRE – Seguros de Vida recorreu a um empréstimo junto da MAPFRE – Seguros Gerais pelo valor de 7 milhões de euros.

Influenciado positivamente pela operação descrita e por vendas de ativos financeiros, para fazer face aos vencimentos das apólices que ocorreram, o Ativo desceu cerca de 9 milhões de euros, terminando em 332,49 milhões de euros.

Quanto ao Passivo, apesar da operação de financiamento indicada, acabou por diminuir 10,6 milhões de euros na sua globalidade, devido ao impacto da redução das provisões técnicas essencialmente decorrente dos vencimentos das apólices, situando-se em 282,28 milhões de euros.

Finalmente, os capitais próprios situaram-se em 50,21 milhões de euros, um novo reforço de, aproximadamente, 1,7 milhões de euros em relação ao ano anterior. Para tal, contribuiu positivamente a incorporação em reservas da totalidade do resultado do ano anterior a que se contrapôs uma descida das reservas de reavaliação decorrentes da valorização dos ativos em carteira classificados como disponíveis para venda, por via da diminuição dos ativos financeiros em carteira.

Dada a importância da componente de ativos financeiros no balanço, importa deixar uma referência à composição da respetiva carteira.

/ GRÁFICO 18 / Estrutura da carteira Investimentos Vida



Além da redução do volume, nada de essencial se alterou, nomeadamente na sua estrutura, que se mantém semelhante há vários anos, como reflexo de uma política de investimentos estável, que privilegia os títulos de rendimento fixo com uma representatividade média na casa dos 90%.

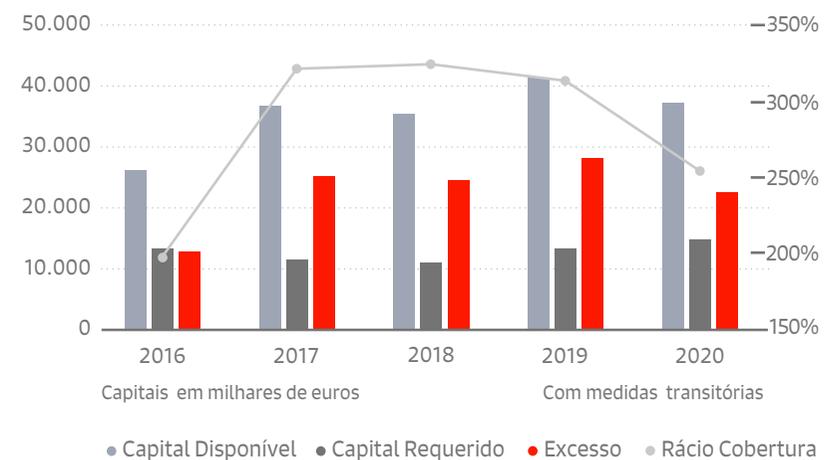
/ 3.8. SOLVÊNCIA /

Decorrido mais um ano de atividade, a MAPFRE continua a apresentar uma solvência extremamente forte, conforme demonstra o rácio de cobertura do requisito de capital (SCR) de 252% ao fecho do ano 2020. Estes indicadores demonstram que somos uma das seguradoras mais sólidas do mercado, bem como revela uma boa capacidade para suportar não só o desenvolvimento futuro, mas também qualquer eventual *stress* que venha a ocorrer por muito exigente que seja.

Dentro das suas componentes, o requisito de capital, embora não se tenha alterado o perfil de risco, subiu um pouco em relação ao ano anterior. Por sua vez, o capital disponível desceu devido ao ativo intangível, referente à carteira de risco puro adquirida, cujo valor, segundo as regras do regime Solvência II, não pode ser incluído.

De destacar, ainda, o facto de os fundos afetos à cobertura do requisito de capital serem de qualidade máxima (*tier 1*), constituindo, assim, uma fortaleza adicional da Companhia.

/ GRÁFICO 19 / Rácio de solvência



/ 3.9. INDICADORES DE GESTÃO DE RISCO /

De acordo com as diretrizes do Grupo MAPFRE, ao longo do ano, realizou-se um seguimento de alguns indicadores chave, cujo apuramento final consta no quadro 3, através do qual se pode concluir uma adequada exposição e gestão de riscos.

/ QUADRO 3 / Indicadores de gestão de risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSV		
					Período de avaliação anterior (12-2019)	Avaliação do período atual (12-2020)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	312%	252%
Risco de Contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	1 Zona Amarela	1 Zona Amarela
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	1 Zona Vermelha	1 Zona Vermelha
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %		> 50 %	7,5%	8,5%
	Alavancagem Financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> = 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	6947%	4132%



04

**ASPETOS QUALITATIVOS DA ATIVIDADE
DA MAPFRE – SEGUROS DE VIDA**

A evolução da pandemia foi sendo acompanhada e o Comité de Crise manteve avaliações permanentes determinando os ajustamentos necessários e pertinentes para a continuidade do negócio, assegurando sempre o bem-estar e saúde dos colaboradores.

Ao entrar nos aspetos de índole mais qualitativa da atividade, inevitavelmente, teremos também que começar por fazer uma referência à atual pandemia da COVID-19, pelas diversas adaptações que nos obrigou a introduzir.

Após os primeiros sinais, ativou-se imediatamente o Plano de Continuidade de Negócio, reunindo o Comité de Crise para avaliar a situação. Norteado por um princípio de proteção do seu ativo mais importante – os trabalhadores – foi tomada a decisão de colocá-los a todos em regime de teletrabalho, o que se concretizou no segundo fim de semana de março, de forma que a empresa conseguiu manter toda a sua operação em funcionamento, não tendo ocorrido a mínima quebra no nível de serviço.

Posteriormente, ao longo de vários meses, este Comité de Crise manteve reuniões diárias, nas quais foi fazendo uma avaliação permanente da situação, determinando também os ajustamentos pertinentes, em função da evolução. Entre as principais medidas destacam-se a implementação das

medidas de higiene e segurança necessárias a um regresso faseado em momento posterior.

Esse regresso acabou por se verificar, numa primeira fase, no início do verão, em relação aos membros do Comité de Direção e de algumas chefias. Numa segunda fase, em setembro, existiu um alargamento de uma parte significativa dos restantes colaboradores, numa percentagem global de aproximadamente 63% de trabalho presencial. No final do ano, em função do agravamento dos contágios, o Comité tomou a decisão de voltar a colocar em teletrabalho a generalidade dos recursos humanos (cerca de 73%), situação que ainda se mantém no início do ano 2021.

Todos estes movimentos ocorreram de forma natural e ágil, sem perdas de rendimento, revelando a robustez do plano de continuidade de negócio e a qualidade dos meios humanos e materiais que o implementaram.

Neste contexto, é justo realçar o esforço, o compromisso, a capacidade de adaptação à mudança e às competências tecnológicas

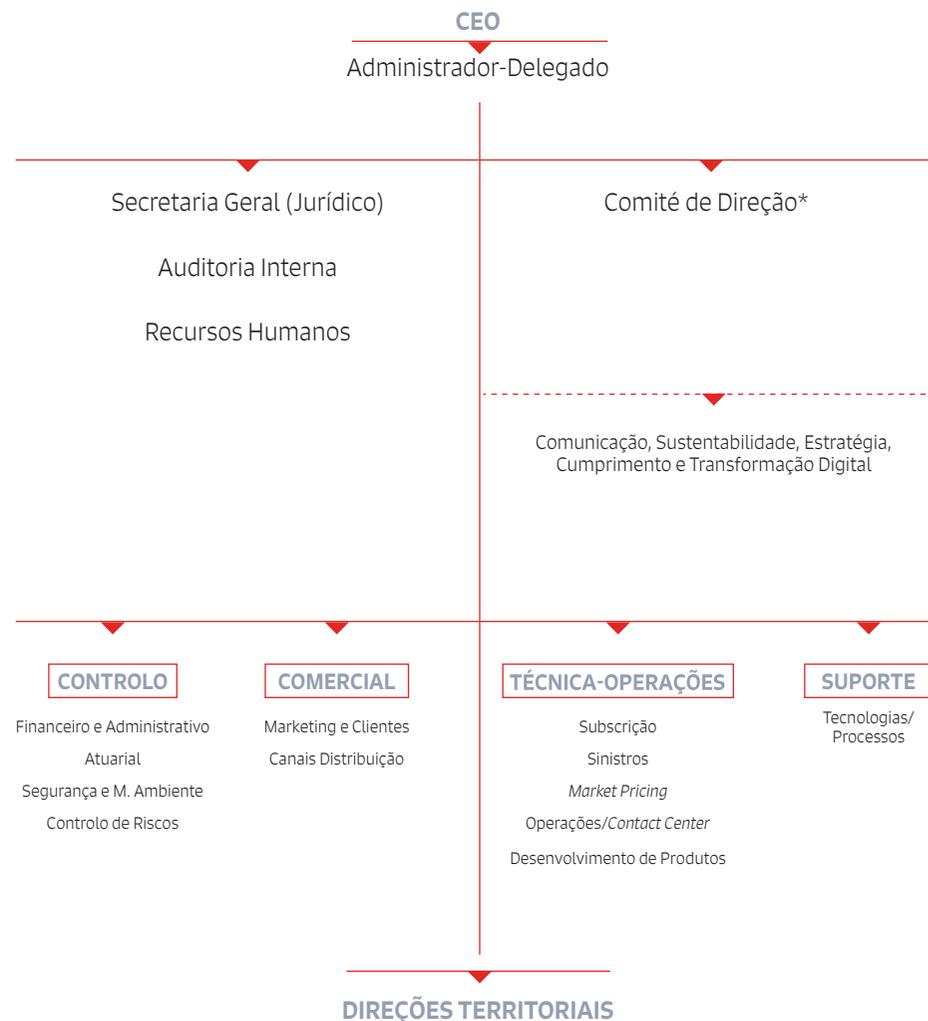
e de comunicação reveladas pelo quadro de colaboradores que, no final do ano, era composto por 77 pessoas, um incremento de 8 pessoas em relação ao ano anterior. Verificou-se também um razoável equilíbrio de género com uma quota de 56% de homens e 44% de mulheres. É, igualmente, destacável o facto de 52% dos colaboradores possuírem formação académica superior. A idade média baixou aproximadamente 2 anos, situando-se agora nos 42,4 anos. No que respeita à formação, verificou-se um reforço bastante significativo de 89% no número de horas dedicadas, as quais atingiram 4.077, o que significa uma média por empregado em torno das 53 horas. Dados os condicionalismos à formação presencial, investiu-se na vertente *e-learning*, a qual representou cerca de 82% das horas totais.

Esse conjunto de pessoas desenvolveu a sua atividade, ao abrigo de uma estrutura organizativa, semelhante à dos anos anteriores que, tal como vem acontecendo há alguns anos a esta parte, por questões de sinergias na gestão do negócio e na eficiência operativa, é comum à atividade Não Vida, gerida pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e à atividade Vida, tutelada pela MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., detida a 100% pela anterior, e que se ilustra no organigrama ao lado.

De notar, também, que serão prestados, através desta estrutura, os serviços de gestão técnica e demais suportes administrativos à MAPFRE Santander que, como mencionados anteriormente, resultam da parceria com o Banco Santander para a exploração do canal *bancassurance* em Não Vida.

Passando agora a fazer uma referência resumida ao labor das diversas Áreas, começamos pela vertente comercial, em relação à qual o contexto pandémico acarretou alguns constrangimentos no exercício da atividade corrente e em especial no desenvolvimento do plano de expansão da rede própria, ao limitar as possibilidades de captação e formação de agentes.

Ainda assim, o resultado final pode considerar-se bastante positivo pois, apesar da maior dificuldade na promoção dos produtos de poupança, foi conseguida uma ótima performance em relação aos produtos de Risco puro. Por outro lado, verificou-se a abertura de 2 novas lojas delegadas, às quais se juntam mais 2 abertas, no mês de janeiro de 2021, totalizando 94 que, em conjunto com mais 16 lojas diretas, cobrem a generalidade do território nacional.



* Constituído pelo CEO, pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos e pela Direção Geral da MAPFRE Santander.

Um outro aspeto, que importa referenciar no âmbito da Área Comercial, foi a implementação de um novo método de trabalho mais objetivo e dirigido para a concretização efetiva das vendas, acompanhada por uma série de indicadores de gestão.

Já a Área de Marketing e Clientes centrou a sua atividade na consolidação do programa de fidelização “Cuidamos de Ti”, que tinha sido implementado, no ano anterior. Este investiu no desenvolvimento de um programa de integralidade que foi implementado, na parte final do ano, e é constituído por várias ações destinadas a aumentar a taxa de retenção e o número médio de apólices por cliente.

A Área Técnica dedicou a maior parte dos seus esforços ao processo de integração da carteira de Risco adquirida à Santander Totta Seguros, já mencionada. Este processo envolveu a análise das apólices e a conseqüente convergência para as modalidades existentes na MAPFRE, numa colaboração estreita com a Área de Tecnologias. Por outro lado, foi igualmente assegurado o lançamento de várias edições dos produtos tipo Unit-Linked, que foram comercializados, ao longo do ano.

Relativamente à Área de Operações e *Contact Center*, procedeu-se a um ajustamento da sua estrutura organizativa e investiu-se na robotização e no desenvolvimento de ferramentas de automatização, com o objetivo de ganhar maior eficiência e reduzir custos. É igualmente, relevante fazer referência à resiliência do *Contact Center* que teve com uma resposta à altura do novo desafio colocado pelo regime de teletrabalho.

A Área de Tecnologias teve um papel fundamental na transição e na manutenção das condições adequadas ao funcionamento do regime de teletrabalho, sem deixar de assegurar os trabalhos corretivos e evolutivos, bem como dos projetos estratégicos previstos, os quais foram quase todos concretizados. Neste âmbito do desenvolvimento de projetos, importa mencionar a parceria com o Banco Santander, que se concretizou, no último trimestre do ano, em particular a participação ativa na integração da carteira de Risco adquirida.

Na Área de Controlo, importa destacar o trabalho da Unidade de Segurança e Meio Ambiente que esteve na linha da frente da implementação do Plano de Continuidade de Negócio e nas decisões tomadas no Comité de Crise, coordenando e supervisionando a atuação no terreno das restantes áreas envolvidas. Também é justo realçar o contributo da Logística e Compras no processo de implementação das medidas de higiene e segurança decorrentes do combate à COVID-19, pelo esforço que tal implicou.

Ainda na Área de Controlo, tratou-se de assegurar a gestão corrente da Contabilidade e da Tesouraria sem perda de nível de serviço, o que efetivamente foi conseguido, e procedeu-se a um reforço da equipa Atuarial, face às crescentes necessidades impostas pelas novas tendências da gestão seguradora dos riscos baseados em modelos estatísticos e a próxima implementação da IFRS 17. Por sua vez, o departamento de Gestão de Riscos e Controlo Interno continuou a assegurar o respeito pela política de apetite ao risco e a coordenação do apuramento dos requisitos de capital no âmbito do regime de Solvência II.

Na Unidade de Auditoria Interna recai a responsabilidade em proporcionar à Administração uma avaliação independente e objetiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo interno contribuindo, desta forma, para a salvaguarda do valor, solvência e reputação da Companhia. Neste sentido, esta Unidade elabora um Plano Anual de Auditoria Interna, tendo em conta todas as atividades e o Sistema de Governo da MAPFRE, adotando uma postura baseada no risco. O Plano é objeto de análise e aprovação por parte do Conselho de Administração que, periodicamente é informado sobre a execução do mesmo.

Há vários anos tem existido uma preocupação com a responsabilidade social, consubstanciada na participação em várias ações de voluntariado, dinamizadas através da Área de Recursos Humanos. Este ano, devido ao contexto já referido, a atividade foi mais limitada, pelo que, em vez da realização de ações, que exigem mais interação, centrou-se especialmente na recolha e doação de bens.

/ 52 %
**DOS COLABORADORES POSSUEM
FORMAÇÃO ACADÉMICA SUPERIOR**

/ 4.007 Horas
DE FORMAÇÃO

/05

OUTRAS
INFORMAÇÕES

O alargamento da rede, reforço nos canais digitais, o desenvolvimento e retenção de talento e a eficiência dos processos e o serviço e relacionamento com os clientes, será a estratégia a seguir para obtenção de bons resultados.

*A perspetiva é de manter um **resultado líquido amplamente positivo** e uma **boa solidez do balanço**, continuando a ser uma das empresas mais solventes do mercado.*

/5.1. CAPITAL
SOCIAL /

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida é de € 21.000.000 constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

/5.2. MODELO
DE GOVERNO /

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE – Seguros de Vida é composta pelos órgãos que se apresentam em seguida.

- **Assembleia Geral** – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário.
- **Conselho de Administração** – Composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente.
- **Conselho Fiscal** – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.
- **Revisor Oficial de Contas** – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, competindo-lhe deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;

- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade; e
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

/5.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS /

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades, que conformam o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração

e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, excetuando o Presidente que desempenha funções gratuitamente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs. 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014), e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

06

PERSPETIVAS
PARA O FUTURO

O balanço, que efetuamos da estratégia delineada, desde o final do ano 2017, e colocado em prática desde aí, é amplamente positivo, como, aliás, demonstram os resultados obtidos.

Não ignorando que o contexto pandémico que se vive atualmente introduz alguns condicionalismos e, naturalmente, exigirá aos órgãos de gestão e à direção de topo uma boa leitura da realidade e uma capacidade acrescida de agilidade para poder implementar as respostas mais adequadas, acreditamos que tal não deverá ser motivo para alterar a essência da estratégia e pode, inclusivamente, suscitar algumas oportunidades de desenvolvimento.

Deste modo, continuaremos a privilegiar a máxima dos últimos anos de fazer crescer o volume de negócio acompanhado de uma boa rentabilidade, apostando no desenvolvimento dos produtos de Risco, e a posicionar a Companhia como uma referência na captação de poupanças através dos produtos *Unit-Linked*.

À semelhança dos anos anteriores, investiremos na expansão da rede própria e dos acordos de distribuição.

Obviamente, não podemos esquecer a importância crescente dos canais *online*, pelo que daremos a devida atenção ao seu reforço, segundo duas perspetivas. A primeira de venda e a segunda, mais importante na atividade seguradora, ligada ao relacionamento e serviço aos clientes.

Relativamente aos clientes, consolidaremos a implementação da estratégia de integralidade, constituída por várias ações tendentes a aumentar a taxa de retenção e o número médio de apólices por cliente.

Esta área continuará a ter um papel relevante na eficiência de processos, como forma de contenção de gastos e uma política de desenvolvimento de talento, assumida pela Área de Recursos Humanos, sem a qual, naturalmente, seria impossível colocar em prática a estratégica de forma eficaz.

Por outro lado, prevemos manter um resultado líquido amplamente positivo e uma boa solidez do balanço, continuando a ser uma das empresas mais solventes do mercado.

Após quase um ano com o surto pandémico da COVID-19 e com a consciência de que ainda o teremos pela frente largos meses, encaramos as suas implicações com responsabilidade, mas, também, com a confiança suficiente de que seremos capazes de gerir a situação e minimizar os seus impactos, sem consequência maior para o funcionamento e o património da empresa.

Se, por um lado, o Plano de Continuidade de Negócio ativado, ao longo do ano 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço, por outro, a elevada solvência da empresa permite encarar com uma certa tranquilidade os cenários de *stress* que possam vir ainda a surgir, por mais exigentes que se revelem.

Por isso o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.



07

AGRADECIMENTOS

Em contexto de pandemia mundial, é de realçar e agradecer o esforço, vontade, compromisso, a capacidade de adaptação à mudança e as competências tecnológicas e de comunicação reveladas por todos os colaboradores.

Ao longo dos anos, a atividade da empresa tem sido sujeita a um ambiente sucessivamente mais desafiante e complexo, pelo que tem sido importante um quadro de estreita colaboração com todos os seus *stakeholders*.

No ano 2020, pela situação pandémica amplamente apontada neste relatório, o contexto apresentou-se inusitado, exigindo um esforço acrescido para manter o nível de serviço que nos propomos apresentar.

Por esse motivo, gostaríamos de deixar um agradecimento reforçado a todas as pessoas e entidades que connosco colaboraram.

Desde logo, mencionamos os nossos clientes que, sujeitos também aos vários constrangimentos do contexto, em nós confiaram para cobrirem os seus riscos seguráveis.

Depois, uma palavra de grande apreço para todos os empregados e mediadores que souberam reagir positivamente às adversidades, revelando uma capacidade de adaptação e resiliência dignas de registo.

Uma nota também para os nossos fornecedores dos serviços gerais por terem conseguido manter o seu nível de serviço no padrão desejado e, em vários casos, por terem sido capazes de inovar e responder a novas exigências ditadas pelo contexto.

Importa também deixar uma referência aos nossos resseguradores por nos ajudarem a mitigar os riscos seguráveis, contribuindo para a nossa solidez.

Como sempre, contamos com uma colaboração independente e muito útil por parte dos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas –, que nos apraz registar.

Por fim, uma palavra para a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e para a APS – Associação Portuguesa de Seguradores, pela atuação atenta e oportuna, especialmente necessária neste ano para o funcionamento do setor.

Um muito obrigado!

08

**APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

Na senda do passado, numa manifestação de compromisso para com a empresa, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 2.885.244,66 €, seja destinado ao reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

Reserva Legal: 288.524,47 euros

Reservas Livres: 2.596.720,19 euros

Lisboa, 10 de março de 2021

**/ O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO /**

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernández Palacios
(representado por Luis Anula Rodriguez)
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal/Secretário)



03

CONTAS
ANUAIS 2020



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020			Exercício anterior (2019)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.788.656,28		7.788.656,28	7.706.290,62
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	71.530.691,71		71.530.691,71	56.050.281,49
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	240.444.802,68		240.444.802,68	268.707.921,67
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	200.159,32	0,00	200.159,32	183.792,82
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	200.159,32		200.159,32	183.792,82
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
7	Outros ativos tangíveis	644.071,01	159.367,87	484.703,14	485.962,62
	Inventários			0,00	0,00
8	Ativos sob direito de uso	980.335,18	251.584,25	728.750,93	784.727,23
	<i>Goodwill</i>			0,00	0,00

(continua)



(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020			Exercício anterior (2019)
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
9	Outros ativos intangíveis	5.438.323,84	789.900,81	4.648.423,03	281.826,06
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.887.296,80		1.887.296,80	1.734.014,20
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	1.710.543,54		1.710.543,54	1.569.941,24
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	176.753,26		176.753,26	164.072,96
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
30	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			0,00	20.951,69
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.975.775,95	20.350,52	2.955.425,43	3.673.053,08
	Contas a receber por operações de seguro direto	2.472.659,56	20.350,52	2.452.309,04	3.277.497,65
	Contas a receber por operações de resseguro	272.607,03		272.607,03	9.786,12
	Contas a receber por outras operações	230.509,36		230.509,36	385.769,31
12	Ativos por impostos e taxas	1.807.362,35		1.807.362,35	1.795.143,51
	Ativos por impostos correntes	1.807.362,35		1.807.362,35	1.795.143,51
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
18	Acréscimos e diferimentos	15.863,29		15.863,29	13.195,65
	Outros elementos do activo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total do Ativo	333.713.338,41	1.221.203,45	332.492.134,96	341.437.160,64



		Euros	
Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020	Exercício anterior (2019)
Passivo e capital próprio			
Passivo			
14	Provisões técnicas	258.884.535,74	276.545.168,42
	Ramo Vida	258.884.535,74	276.545.168,42
	Provisão matemática	182.991.667,62	249.908.064,56
	Provisão para sinistros	9.687.198,75	12.761.658,47
	Provisão para participação nos resultados	11.574.036,36	13.016.361,46
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	10.913.711,47	12.551.443,66
	Provisão para participação nos resultados atribuída	660.324,89	464.917,80
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para prémios não adquiridos	1.084.806,52	859.083,93
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas	53.546.826,49	
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.209.313,28	7.132.302,17
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		5.712,77
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.691.350,88	1.654.934,84
	Contas a pagar por operações de seguro directo	1.353.771,80	1.075.166,08
	Contas a pagar por operações de resseguro	34.244,26	80.208,57
	Contas a pagar por outras operações	7.303.334,82	499.560,19
12	Passivos por impostos	4.389.950,49	5.443.567,90
	Passivos por impostos correntes	353.872,98	1.601.849,71
	Passivos por impostos diferidos	4.036.077,51	3.841.718,19

(continua)

		Euros	
Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2020	Exercício anterior (2019)
16	Passivos de locações	759.754,67	810.546,31
18	Acréscimos e diferimentos	1.137.745,37	1.117.920,25
19	Outras provisões	210.000,00	165.000,00
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
Total passivo		282.282.650,43	292.875.152,66
Capital próprio			
20	Capital	21.000.000,00	21.000.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
21	Reservas de reavaliação	24.765.649,83	26.361.225,60
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	24.765.649,83	26.361.225,60
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	(4.036.077,51)	(3.841.718,19)
21	Outras reservas	5.594.667,55	1.487.199,77
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	2.885.244,66	3.555.300,80
Total capital próprio		50.209.484,53	48.562.007,98
Total passivo e capital próprio		332.492.134,96	341.437.160,64



Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2020				Exercício anterior (2019)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31.680.872,70	0,00		31.680.872,70	37.148.491,47
	Prémios brutos emitidos	33.374.039,83			33.374.039,83	38.334.865,72
	Prémios de resseguro cedido	1.487.130,97			1.487.130,97	1.114.155,08
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	262.924,10			262.924,10	70.464,33
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	56.887,94			56.887,94	(1.754,84)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	45.147.294,35	0,00		45.147.294,35	59.008.209,56
	Montantes pagos	48.362.356,37	0,00		48.362.356,37	59.828.045,27
	Montantes brutos	49.161.976,12			49.161.976,12	60.692.225,32
	Parte dos resseguradores	799.619,75			799.619,75	864.180,05
	Provisão para sinistros (variação)	(3.215.062,02)	0,00		(3.215.062,02)	(819.835,71)
	Montante bruto	-3.074.459,72			(3.074.459,72)	(370.067,19)
	Parte dos resseguradores	140.602,30			140.602,30	449.768,52
24	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	(25.769.402,49)			(25.769.402,49)	(39.174.377,46)
	Montante bruto	(25.769.402,49)			(25.769.402,49)	(39.174.377,46)
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.205.935,48			1.205.935,48	791.149,24
26	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	11.943.793,43			11.943.793,43	19.056.522,46
27; 29	Custos e gastos de exploração líquidos	5.867.200,92	0,00		5.867.200,92	5.025.219,99
28	Custos de aquisição	5.092.991,52			5.092.991,52	4.141.359,33
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(37.201,51)			(37.201,51)	(18.830,07)
	Gastos administrativos	1.111.801,50			1.111.801,50	1.013.947,65
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	300.390,59			300.390,59	111.256,92
31	Rendimentos	9.064.903,55	0,00	0,00	9.064.903,55	10.528.166,66
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	7.712.818,84			7.712.818,84	9.320.746,27
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	1.352.084,71			1.352.084,71	1.207.420,39
32	Gastos financeiros	1.997.177,81	0,00	0,00	1.997.177,81	2.075.349,94
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.324.292,80			1.324.292,80	1.342.549,38

(continua)



(continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2020				Exercício anterior (2019)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	65.509,45			65.509,45	69.491,52
	Outros	607.375,56			607.375,56	663.309,04
33	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.377.828,56	0,00	0,00	1.377.828,56	1.545.338,84
	De ativos disponíveis para venda	1.377.828,56			1.377.828,56	1.545.338,84
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
34	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.753.655,46	0,00	0,00	1.753.655,46	2.244.494,18
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.753.655,46			1.753.655,46	2.244.494,18
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
35	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(8.048,68)			(8.048,68)	(55.331,93)
36	Outras provisões (variação)			(5.663,72)	(5.663,72)	(19.899,37)
37	Outros rendimentos/gastos			248.991,71	248.991,71	74.326,52
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos	3.477.212,09	0,00	254.655,43	3.731.867,52	4.723.311,38
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			846.622,86	846.622,86	1.168.010,58
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
	Resultado líquido do exercício	3.477.212,09	0,00	(591.967,43)	2.885.244,66	3.555.300,80



Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2019 (posição de abertura)	21.000.000,00	26.361.225,60	(3.841.718,19)	1.126.068,80	(2.766.096,72)	(2.404.965,75)	3.555.300,80	48.562.007,98
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	26.361.225,60	(3.841.718,19)	1.126.068,80	2.766.096,72	(2.404.965,75)	3.555.300,80	48.562.007,98
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(1.595.575,77)	(194.359,32)			552.166,98		(1.237.768,11)
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				355.530,08	3.199.770,72		-3.555.300,80	0,00
30	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	(1.595.575,77)	(194.359,32)	355.530,08	3.199.770,72	552.166,98	(3.555.300,80)	(1.237.768,11)
	Resultado líquido do período							2.885.244,66	2.885.244,66
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2020	21.000.000,00	24.765.649,83	(4.036.077,51)	1.481.598,88	5.965.867,44	(1.852.798,77)	2.885.244,66	50.209.484,53



Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2018 (posição de abertura)	21.000.000,00	19.162.405,84	(2.493.463,57)	954.909,56	1.226.332,11	(2.106.712,97)	1.711.592,59	39.455.063,56
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	19.162.405,84	(2.493.463,57)	954.909,56	1.226.332,11	(2.106.712,97)	1.711.592,59	39.455.063,56
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		7.198.819,76	(1.348.254,62)			(298.252,78)		5.552.312,36
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				171.159,24	1.540.433,35		(1.711.592,59)	0,00
30	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						(668,74)		-668,74
	Total das variações do capital próprio	0,00	7.198.819,76	(1.348.254,62)	171.159,24	1.539.764,61	(298.252,78)	(1.711.592,59)	5.551.643,62
	Resultado líquido do período							3.555.300,80	3.555.300,80
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2019	21.000.000,00	26.361.225,60	(3.841.718,19)	1.126.068,80	2.766.096,72	(2.404.965,75)	3.555.300,80	48.562.007,98



/ Demonstração do Rendimento Integral

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2020			Exercício anterior (2019)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não técnica	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	(1.789.935,09)		(1.789.935,09)	5.850.565,14
21	Varição de da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	(1.595.575,77)		(1.595.575,77)	7.198.819,76
21	Impostos correntes e diferidos	(194.359,32)		(194.359,32)	(1.348.254,62)
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados	0,00		0,00	(1.065,87)
30	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas			0,00	(1.065,87)
	Impostos correntes e diferidos			0,00	0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(1.789.935,09)		(1.789.935,09)	5.849.499,27
	Resultado líquido do exercício	3.477.212,09	(591.967,43)	2.885.244,66	3.555.300,80
	Total do rendimento integral do exercício	1.687.277,00	(591.967,43)	1.095.309,57	9.404.800,07

/ Fluxo de Caixa

Euros

Notas do anexo	Fluxo Caixa	Exercício 2020	Exercício anterior (2019)
Atividades operacionais			
	Prêmios recebidos *	35.938.469,95	37.489.285,11
	Sinistros pagos	(49.240.565,23)	(61.520.191,49)
	Pagamentos comissões	(1.570.104,66)	(983.657,37)
	Entradas resseguro	0,00	692.725,01
	Saídas resseguro	(651.698,21)	(421.047,34)
	Pagamento locações a curto prazo	(14.984,88)	(22.282,41)
	Pagamento locações de ativos de baixo valor	(72.895,20)	(54.965,94)
	Outros recebimentos	7.820.161,08	608.070,91
	Outros pagamentos	(6.117.735,69)	(5.857.030,49)
	Imposto sobre o rendimento	(1.538.764,80)	797.069,84
	Total fluxos operacionais	(15.448.117,64)	(29.272.024,17)
Atividades de investimento			
(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis		(222.597,64)	(715.070,09)
	Títulos de dívida-compras	(19.766.971,94)	(40.883.156,01)
	Títulos de dívida-vendas	27.422.938,57	59.177.565,79
	Instrumentos capital e UP's-compras	(7.265.818,79)	(5.721.740,57)
	Instrumentos capital e UP's-vendas	11.647.385,16	7.382.294,28
	Juros recebidos	7.940.255,81	9.402.725,19
	Dividendos recebidos	326.699,16	648.008,04
	Outros investimentos	(4.428.000,00)	0,00
	Total fluxos investimento	15.653.890,33	29.290.626,63
Atividades de financiamento			
Pagamento parte capital dos passivos de locação		(106.423,96)	(90.816,79)
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(16.983,07)	(18.563,60)
	Total fluxos financiamento	(123.407,03)	(109.380,39)
Efeito cambial		0,00	0,00
	Aumento caixa	82.365,66	(90.777,93)
	Caixa no início	7.706.290,62	7.797.068,55
3	Caixa no fim	7.788.656,28	7.706.290,62

*Inclui o prêmio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



/04

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



/ÍNDICE/

1.	Informações Gerais	40	24.	Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)	84
2.	Políticas Contabilísticas	41	25.	Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	84
3.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	52	26.	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	85
4.	Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	53	27.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	86
5.	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	56	28.	Custos de Aquisição	88
6.	Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	59	29.	Gastos com o Pessoal	89
7.	Outros Ativos Tangíveis	60	30.	Obrigações com Benefícios dos Empregados	90
8.	Ativos sob Direito de Uso	61	31.	Rendimentos	95
9.	Outros Ativos Intangíveis	62	32.	Gastos Financeiros	96
10.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	63	33.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	97
11.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	64	34.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	98
12.	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	66	35.	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	99
13.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	70	36.	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	99
14.	Provisões Técnicas	71	37.	Outros Rendimentos e Gastos	100
15.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	75	38.	Relato por Segmentos	101
16.	Passivos de Locação	76	39.	Entidades Relacionadas	104
17.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	78	40.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	110
18.	Acréscimos e Diferimentos	78	41.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	115
19.	Outras Provisões	79	42.	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	122
20.	Capital	79	43.	Elementos Extrapatrimoniais	126
21.	Reservas	80	44.	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	126
22.	Prêmios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	82	45.	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	127
23.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	83		Conselho de Administração	132
				Anexos	133



01

INFORMAÇÕES GERAIS

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 €, posteriormente ampliado para 21.000.000 €, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

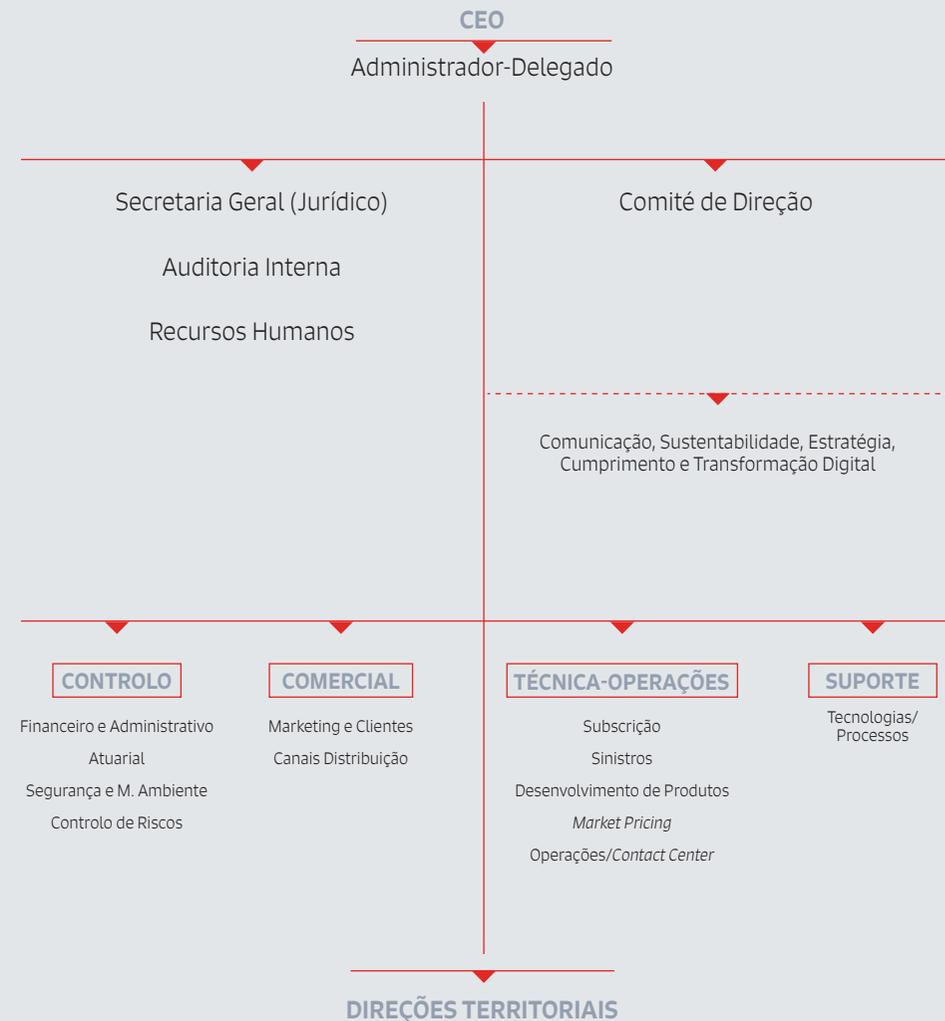
Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se, em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, 9.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama ao lado.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu, no ano de 2020, prémios de contratos de seguros no valor de 33,37 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 1,96 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas, económica e de mercado, em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2020, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2021, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.



/02

POLÍTICAS
CONTABILÍSTICAS/2.1. BASES DE
APRESENTAÇÃO /

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os

princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2019, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação, da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a International Accounting Standard (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2022. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

No exercício de 2020, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor, através de ganhos e perdas e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.



Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 10 de março de 2021.

/2.2. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM /

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

/2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS /

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados

no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

• Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

• Ativos financeiros disponíveis para venda.

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

• Empréstimos sobre apólices

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado líquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

• **De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**

Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos Outros” ou de “Gastos financeiros Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica

“Rendimentos Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

• **De ativos financeiros disponíveis para venda**

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

• **De empréstimos sobre apólices**

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

• **Imparidade**

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica



ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e

- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2017 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

/2.4. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS/

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º de anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

/2.5. ATIVOS INTANGÍVEIS /

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor

recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

/2.6. AJUSTAMENTOS DE RECIBOS POR COBRAR E DE CRÉDITOS PARA COBRANÇA DUVIDOSA /

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

/2.7. IMPOSTOS SOBRE LUCROS /

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia de que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

//2.8. PASSIVOS FINANCEIROS//

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Estão ainda registados os passivos de locação resultantes da aplicação da IFRS 16 conforme descrito no ponto 2.17.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

//2.9. OUTROS CREDORES//

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

//2.10. OUTROS DEVEDORES//

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

//2.11. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS//

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.



/2.12. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES/

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

/2.13. CONTRATOS DE SEGURO/

a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos, em que são observadas as condições acima descritas, os prémios brutos emitidos, relativos a esses contratos, são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização

dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

• Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

• Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

c) Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

d) Provisão para sinistros

• Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta

provisão nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos, mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

- **Sinistros pendentes de declaração (IBNR)**

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos, mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

- e) **Provisão para participação nos resultados**

- **Provisão para participação nos resultados atribuída**

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”. Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

- **Provisão para participação nos resultados a atribuir**

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros

afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

- f) **Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março emitida pela ASF, utilizando o método “*pró rata temporis*”, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

- g) **Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro**

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

- h) **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 40.

/2.14. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS /

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 27.2. os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

/2.15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS /

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

- **Plano de contribuição definida**

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 03/09/2020. A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52^a e 53^a, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

- **Planos de benefício definido**

Fruto da celebração do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44^a do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 03/09/2020 são calculadas

anualmente utilizando o método “*pró rata temporis*”, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

/2.16. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA /

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização.

Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

/2.17. LOCAÇÕES /

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável - este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;



- (ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- (iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar

o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreende o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se esperam vir a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação, e penalidades por rescisão

antecipada de locação a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.



/2.18. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS /

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões Técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.13. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 14.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

b) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

c) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

d) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência



ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;

- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

e) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

03

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem		Euros
	2020	2019
Caixa e equivalentes	207,11	40,14
Depósitos à ordem	7.788.449,17	7.706.250,48
Total	7.788.656,28	7.706.290,62

04

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

/4.1. RUBRICAS DE BALANÇO/

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros			
2020			
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	51.401.913,14	4.648.368,35	56.050.281,49
Aquisições (a valor de aquisição)	17.982.000,00	800.000,00	18.782.000,00
Vendas (a valor de venda)	(5.067.796,58)	-	(5.067.796,58)
Reembolsos (a valor de reembolso)	-	-	-
Varição do justo valor (reserva da reavaliação)	-	-	-
Varição do justo valor (ganhos e perdas)	1.664.275,24	221.720,44	1.885.995,68
Varição do custo amortizado	(179.977,25)	-	(179.977,25)
Varição juro decorrido	60.188,37	-	60.188,37
Saldo final	65.860.602,92	5.670.088,79	71.530.691,71

Euros			
2019			
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	33.546.519,18	4.253.195,06	37.799.714,24
Aquisições (a valor de aquisição)	16.145.667,00	551.000,00	16.696.667,00
Vendas (a valor de venda)	(355.113,00)	(589.707,69)	(944.820,69)
Reembolsos (a valor do reembolso)	-	-	-
Varição do justo valor (reserva da reavaliação)	-	-	-
Varição do justo valor (ganhos e perdas)	2.184.228,84	433.880,98	2.618.109,82
Varição do custo amortizado	(180.222,66)	-	(180.222,66)
Varição juro decorrido	60.833,78	-	60.833,78
Saldo final	51.401.913,14	4.648.368,35	56.050.281,49

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

2020					
Classificações do Ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	5.195.373,06	-	474.715,73	-	5.670.088,79
Títulos de dívida - pública	31.747.564,93	(442.126,29)	3.677.930,83	265.725,97	35.249.095,44
Títulos de dívida - de outros emissores	29.137.000,00	(2.771,52)	1.324.798,66	152.480,34	30.611.507,48
Total	66.079.937,99	(444.897,81)	5.477.445,22	418.206,31	71.530.691,71

Euros

2019					
Classificações do Ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	4.395.373,06	-	252.995,29	-	4.648.368,35
Títulos de dívida - pública	33.793.314,16	(277.864,02)	3.195.803,68	278.909,93	36.990.163,75
Títulos de dívida - de outros emissores	14.005.000,00	(2.854,10)	330.495,48	79.108,01	14.411.749,39
Total	52.193.687,22	(280.718,12)	3.779.294,45	358.017,94	56.050.281,49

Nos Anexos 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos

financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas".

/4.2. JUSTO VALOR/

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da "Bloomberg".

Contudo, no exercício de 2020, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da "Bloomberg" obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o "spread" implícito sobre a curva "swap" euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o "spread" se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o "spread" e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o "spread" médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa "swap" adicionada do "spread" considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um "spread" "fixo", determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;

- Estes "spreads" são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa "swap" adicionada do "spread" "fixo" obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 30.611.507,48 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V.
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V.
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V.
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V.
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V.
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V.
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2020				
Conceito	Justo valor - Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	5.670.088,79	-	-	5.670.088,79
Títulos de dívida – pública	35.249.095,44	-	-	35.249.095,44
Títulos de dívida – de outros emissores	-	30.611.507,48	-	30.611.507,48
Total	40.919.184,23	30.611.507,48	-	71.530.691,71

Euros				
2019				
Conceito	Justo valor - Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	4.648.368,35	-	-	4.648.368,35
Títulos de dívida - pública	36.990.163,75	-	-	36.990.163,75
Títulos de dívida - de outros emissores	-	14.411.749,39	-	14.411.749,39
Total	41.638.532,10	14.411.749,39	-	56.050.281,49

05

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

/5.1. RUBRICAS DE BALANÇO/

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros			
2020			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	246.795.846,90	21.912.074,77	268.707.921,67
Aquisições (a valor aquisição)	23.580.296,19	6.965.307,60	30.545.603,79
Alienações (a valor venda)	(42.551.658,12)	(12.147.425,27)	(54.699.083,39)
Reembolsos (a valor reembolso)	(1.173.971,64)	-	(1.173.971,64)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(863.789,83)	(2.369.518,13)	(3.233.307,96)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.136.021,43	241.807,13	1.377.828,56
Variação do custo amortizado	(610.177,36)	-	(610.177,36)
Variação juro decorrido	(470.010,99)	-	(470.010,99)
Saldo final	225.842.556,58	14.602.246,10	240.444.802,68
2019			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	273.360.634,18	19.981.157,13	293.341.791,31
Aquisições (a valor aquisição)	24.625.242,18	5.167.431,53	29.792.673,71
Alienações (a valor venda)	(35.425.812,35)	(6.792.586,59)	(42.218.398,94)
Reembolsos (a valor reembolso)	(22.625.406,41)	-	(22.625.406,41)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	7.095.939,88	3.461.441,63	10.557.381,51
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.450.707,77	94.631,07	1.545.338,84
Variação do custo amortizado	(603.968,06)	-	(603.968,06)
Variação juro decorrido	(1.081.490,29)	-	(1.081.490,29)
Saldo final	246.795.846,90	21.912.074,77	268.707.921,67

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Classificações do ativo	2020				
	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	7.237.452,89	-	803.371,71	-	8.040.824,60
Unidades de participação	5.909.913,84	-	651.507,66	-	6.561.421,50
Títulos de dívida – pública	153.303.208,28	(1.264.775,61)	33.318.171,57	2.960.582,74	188.317.186,98
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	747.093,00	4.232,98	8.762,61	22.117,81	782.206,40
Títulos de dívida – de outros emissores	35.054.377,56	428.588,71	897.547,75	362.649,18	36.743.163,20
Total	202.252.045,57	(831.953,92)	35.679.361,30	3.345.349,73	240.444.802,68

Euros

Classificações do ativo	2019				
	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	13.820.879,61	-	2.751.250,38	-	16.572.129,99
Unidades de participação	4.266.797,66	-	1.073.147,12	-	5.339.944,78
Títulos de dívida – pública	165.962.897,11	(1.190.709,05)	33.699.002,72	3.320.628,72	201.791.819,50
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	989.000,00	8.929,89	76.891,60	49.016,40	1.123.837,89
Títulos de dívida – de outros emissores	41.676.405,72	445.690,75	1.312.377,44	445.715,60	43.880.189,51
Total	226.715.980,10	(736.088,41)	38.912.669,26	3.815.360,72	268.707.921,67

No Anexo 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

/5.2. JUSTO VALOR/

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg”.

Contudo, no exercício de 2020, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da “Bloomberg” obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o “*spread*” implícito sobre a curva “*swap*” euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o “*spread*” se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o “*spread*” e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o “*spread*” médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa “*swap*” adicionada do “*spread*” considerado;



- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um "spread" "fixo", determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes "spreads" são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa "swap" adicionada do "spread" "fixo" obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 12.978.583,17 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V.
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V.
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V.
XS0399353506	EDP FINANCE B.V.
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED
ES0000012726	TESORO PÚBLICO

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da "Bloomberg". No entanto, no exercício de 2020 houve exceções, tendo sido valorizadas pelo custo, pelo montante de 360.171,52 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

No exercício de 2020, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno da entidade gestora.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2020				
Conceito	Justo Valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	8.040.824,60	-	-	8.040.824,60
Unidades participação	6.201.249,98	-	360.171,52	6.561.421,50
Títulos de dívida – pública	187.608.731,19	708.455,79	-	188.317.186,98
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	782.206,40	-	-	782.206,40
Títulos de dívida – de outros emissores	24.473.035,82	12.270.127,38	-	36.743.163,20
Total	227.106.047,99	12.978.583,17	360.171,52	240.444.802,68

Euros				
2019				
Conceito	Justo Valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	16.572.129,99	-	-	16.572.129,99
Unidades participação	5.254.552,10	-	85.392,68	5.339.944,78
Títulos de dívida – pública	201.791.819,50	-	-	201.791.819,50
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.123.837,89	-	-	1.123.837,89
Títulos de dívida – de outros emissores	32.000.835,37	11.879.354,14	-	43.880.189,51
Total	256.743.174,85	11.879.354,14	85.392,68	268.707.921,67

/5.3. IMPARIDADE/

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2020.

06

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Euros		
Rubrica	2020	2019
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos concedidos sobre apólices	200.159,32	183.792,82
Total	200.159,32	183.792,82

07

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro ao lado.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” em imparidade ou cedido.

Euros

2020							
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	63.667,85	4.364,64	-	-	-	10.614,01	57.418,48
Máquinas e ferramentas	21.898,97	841,63	-	-	-	4.256,38	18.484,22
Equipamento informático	9.108,21	157,55	-	-	-	4.547,56	4.718,20
Instalações interiores	82.860,68	16.870,48	-	-	-	10.711,68	89.019,48
Outro equipamento	1.050,58	-	-	-	-	360,19	690,39
Outros ativos tangíveis	307.376,33	50.737,50	-	-	-	43.741,46	314.372,37
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	485.962,62	72.971,80	-	-	-	74.231,28	484.703,14

Euros

2019							
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	12.234,59	59.476,38	-	-	-	8.043,12	63.667,85
Máquinas e ferramentas	4.681,91	20.563,43	-	-	-	3.346,37	21.898,97
Equipamento informático	1.629,65	11.490,79	-	-	-	4.012,23	9.108,21
Instalações interiores	8.836,11	81.802,49	-	-	-	7.777,92	82.860,68
Outro equipamento	1.410,77	-	-	-	-	360,19	1.050,58
Outros ativos tangíveis	-	344.410,61	-	-	-	37.034,28	307.376,33
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	28.793,03	517.743,70	-	-	-	60.574,11	485.962,62

08

ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O segmento Não Vida, mais diretamente ligado à evolução do PIB, onde se poderia esperar alguma regressão, revelou uma certa resiliência apresentando algum crescimento.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício de 2020 e 2019, estão demonstrados nos quadros seguintes:

Euros

2020						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de uso imóveis	757.599,99	69.374,30	-	21.935,40	111.655,13	693.383,76
Direito de uso Outros	27.127,24	25.253,40	-	-	17.013,47	35.367,17
Total	784.727,23	94.627,70	-	21.935,40	128.668,60	728.750,93

Euros

2019						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial* (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de uso Imóveis	871.494,97	-	-	-	113.894,98	757.599,99
Direito de uso Outros	28.230,17	20.201,56	-	-	21.304,49	27.127,24
Total	899.725,14	20.201,56	-	-	135.199,47	784.727,23

* Saldo inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16

A natureza dos "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16 no exercício de 2019, no que concerne ao Ativo, foi um incremento de 784.727,23 euros em "Ativos sob Direitos de Uso". Relativamente à Demonstração de Resultados, há um incremento das Amortizações em 135.199,47 euros.

09

OUTROS ATIVOS
TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro ao lado.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos intangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos "Ativos intangíveis em curso" corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que por não se esperar benefícios económicos futuros foram abatidos.

A aquisição de 4.428.000 euros em "Outros Ativos Intangíveis" é referente ao custo de aquisição de uma carteira de apólices de risco cujo vendedor foi a Santander Totta Seguros, S.A. Esta operação fez parte do acordo de distribuição estabelecido entre a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e a Santander Totta Seguros, S.A.

Euros

2020							
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplicações informáticas	32.211,96	-	132.950,59	-	-	67.851,99	97.310,56
Ativos intangíveis em curso	249.614,10	116.261,99	(132.950,59)	-	109.813,03	-	123.112,47
Outros ativos Intangíveis	-	4.428.000,00	-	-	-	-	4.428.000,00
Total	281.826,06	4.544.261,99	-	-	109.813,03	67.851,99	4.648.423,03

Euros

2019							
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplicações informáticas	61.603,54	3.785,94	22.212,71	-	-	55.390,23	32.211,96
Ativos intangíveis em curso	158.841,01	157.937,25	(22.212,71)	-	44.951,45	-	249.614,10
Outros ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	220.444,55	161.723,19	-	-	44.951,45	55.390,23	281.826,06



10

PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de resseguro cedido está demonstrado na composição ao lado.

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

Euros

	2020			
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.569.941,24	960.869,10	820.266,80	1.710.543,54
Prestações	1.250.064,32	952.322,61	799.619,75	1.402.767,18
IBNR	370.492,71	-	20.647,05	349.845,66
IBNER	(50.615,79)	8.546,49	-	(42.069,30)
Provisão para Prémios não Adquiridos	164.072,96	12.680,30	-	176.753,26
Prémios não adquiridos	180.213,39	56.887,94	-	237.101,33
Custos de aquisição diferidos	(16.140,43)	(44.207,64)	-	(60.348,07)
Total	1.734.014,20	973.549,40	820.266,80	1.887.296,80

Euros

	2019			
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.120.172,72	1.313.948,57	864.180,05	1.569.941,24
Prestações	1.062.542,03	1.051.702,34	864.180,05	1.250.064,32
IBNR	209.629,14	160.863,57	-	370.492,71
IBNER	(151.998,45)	101.382,66	-	(50.615,79)
Provisão para Prémios não Adquiridos	164.558,64	-	485,68	164.072,96
Prémios não adquiridos	181.968,23	-	1.754,84	180.213,39
Custos de aquisição diferidos	(17.409,59)	-	(1.269,16)	(16.140,43)
Total	1.284.731,36	1.313.948,57	864.665,73	1.734.014,20



11

OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros			
	2020		
Rubrica	Valor bruto	Imparidade/ ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.472.659,56	20.350,52	2.452.309,04
Contas de cobrança	2.319.921,09	20.350,52	2.299.570,57
Mediadores	152.738,47	-	152.738,47
Contas a receber por operações de resseguro	272.607,03	-	272.607,03
Contas a receber por outras operações	230.509,36	-	230.509,36
Empréstimos ao pessoal	192.800,89	-	192.800,89
Outras operações com pessoal	1.987,48	-	1.987,48
Outros devedores	35.720,99	-	35.720,99
Total	2.975.775,95	20.350,52	2.955.425,43

Euros			
	2019		
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	3.303.511,89	26.014,24	3.277.497,65
Contas de cobrança	3.239.756,42	26.014,24	3.213.742,18
Mediadores	63.755,47	-	63.755,47
Contas a receber por operações de resseguro	9.786,12	-	9.786,12
Contas a receber por outras operações	385.769,31	-	385.769,31
Empréstimos ao pessoal	174.529,65	-	174.529,65
Outras operações com pessoal	2.176,37	-	2.176,37
Outros devedores	209.063,29	-	209.063,29
Total	3.699.067,32	26.014,24	3.673.053,08



Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros				
2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	26.014,24	-	(5.663,72)	20.350,52
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	26.014,24	-	(5.663,72)	20.350,52

Euros				
2019				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	45.913,61	-	(19.899,37)	26.014,24
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	45.913,61	-	(19.899,37)	26.014,24

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

/12

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Ativos por impostos e taxas	1.807.362,35	1.795.143,51
Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.807.362,35	1.795.143,51
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos e taxas	4.389.950,49	5.443.567,90
Passivos por impostos (e taxas) correntes	353.872,98	1.601.849,71
Passivos por impostos diferidos	4.036.077,51	3.841.718,19

/12.1. IMPOSTOS CORRENTES /

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Ativos por impostos correntes	1.807.362,35	1.795.143,51
Imposto sobre o rendimento	1.047.040,00	72.643,22
IRC: Reclamações impugnações	667.100,41	1.628.247,65
Outros impostos e taxas	93.221,94	94.252,64
Passivos por impostos correntes	(353.872,98)	(1.601.849,71)
Imposto corrente	-	(1.253.373,13)
Retenções na fonte	(64.530,21)	(77.057,02)
Outros impostos e taxas	(289.342,77)	(271.419,56)
Total	1.453.489,37	193.293,80

A linha de IRC: Reclamações e impugnações corresponde ao valor de imposto corrente liquidado a mais, relativamente aos exercícios de 2012 e 2013, nomeadamente no que se refere a variações patrimoniais negativas (variações negativas na reserva de justo valor de produtos vida com participação nos resultados). Este valor foi reclamado através da apresentação de Pedidos de Revisão Oficiosa relativamente aos referidos exercícios de 2012 e 2013.

Detalham-se no quadro que se apresenta à frente as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada.

2020			
Demonstração do Imposto Corrente	Ganhos e Perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	3.731.867,52	-	3.731.867,52
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov. Téc. com Particip.Benef.	-	(2.459.394,93)	(2.459.394,93)
21% do resultado antes de impostos	783.692,18	(516.472,94)	267.219,24
Gasto por imposto (A acrescentar/A Deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	414,47	-	414,47
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	6.585,99	-	6.585,99
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	-	-	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	14,61	-	14,61
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	311,60	-	311,60
Encargos com combustíveis	-	-	-
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	-	-	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	-	-	-
Menos-valias contabilísticas	85.664,76	-	85.664,76
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	37.212,06	-	37.212,06
Custos extraordinários	10.690,80	-	10.690,80
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(29.610,00)	-	(29.610,00)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	-	-
Mais-valias contabilísticas	(109.036,64)	-	(109.036,64)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(22.999,41)	-	(22.999,41)
Benefícios fiscais	(1.603,67)	-	(1.603,67)
Proveitos extraordinários	-	-	-
Total do imposto	761.336,77	(516.472,94)	244.863,83
Derrama	51.392,10	(34.863,19)	16.528,91
Tributação autónoma	33.893,99	-	33.893,99
Total de gasto por imposto corrente	846.622,86	(551.336,13)	295.286,73
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte	-	-	(35.250,98)
Entregas por conta	-	-	(1.255.899,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	846.622,86	(551.336,13)	(995.863,25)



2019			
Demonstração do Imposto Corrente	Ganhos e Perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	4.723.311,38	-	4.723.311,38
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov. Téc. com Particip. Benef.	-	1.206.576,97	1.206.576,97
21% do resultado antes de impostos	991.895,39	253.381,16	1.245.276,55
Gasto por imposto (A acrescentar/A Deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	-	-	-
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	4.215,46	-	4.215,46
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	29.610,00	-	29.610,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	32,12	-	32,12
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	251,07	-	251,07
Encargos com combustíveis	-	-	-
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	-	-	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	49,49	-	49,49
Menos-valias contabilísticas	25.981,41	-	25.981,41
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	51.825,35	-	51.825,35
Custos extraordinários	7.437,71	-	7.437,71
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(31.080,00)	-	(31.080,00)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	-	-
Mais-valias contabilísticas	(68.959,15)	-	(68.959,15)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(53.581,35)	-	(53.581,35)
Benefícios Fiscais	(1.201,83)	-	(1.201,83)
Proveitos Extraordinários	-	-	-
Total do imposto	956.475,67	253.381,16	1.209.856,83
Derrama	169.383,58	44.871,62	214.255,20
Tributação autónoma	42.151,33	-	42.151,33
Total de gasto por imposto corrente	1.168.010,58	298.252,78	1.466.263,36
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte	-	-	(45.229,23)
Entregas por conta	-	-	(167.661,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	1.168.010,58	298.252,78	1.253.373,13

/12.2. IMPOSTOS DIFERIDOS/

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

Euros

Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	2020				Saldo final
		Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	3.841.718,19	-	194.359,32	-	-	4.036.077,51
Do reconhecimento dos act/pass por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	3.841.718,19	-	194.359,32	-	-	4.036.077,51

Euros

Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	2019				Saldo final
		Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	2.493.463,57	-	1.348.254,62	-	-	3.841.718,19
Do reconhecimento dos act/pass por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	2.493.463,57	-	1.348.254,62	-	-	3.841.718,19



13

AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos demonstra-se no no quadro ao lado.

Euros

Rubrica	2020			Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.600.000,00	4.188.656,28	-	7.788.656,28
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	65.860.602,92	5.670.088,79	71.530.691,71
Ativos financeiros disponíveis para venda	150.997.645,59	85.703.850,70	3.743.306,39	240.444.802,68
Empréstimos concedidos e contas a receber	200.159,32	-	-	200.159,32
Outros ativos tangíveis	-	484.703,14	-	484.703,14
Parte dos Resseguradores nas Prov. Técnicas	-	1.887.296,80	-	1.887.296,80
Custos de Aquisição Diferidos	-	256.810,78	-	256.810,78
Total	154.797.804,91	158.381.920,62	9.413.395,18	322.593.120,71

Euros

Rubrica	2019			Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.500.000,00	4.206.290,62	-	7.706.290,62
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	51.401.913,14	4.648.368,35	56.050.281,49
Ativos financeiros disponíveis para venda	179.282.393,48	84.797.314,30	4.628.213,89	268.707.921,67
Empréstimos concedidos e contas a receber	183.792,82	-	-	183.792,82
Outros ativos tangíveis	-	485.962,62	-	485.962,62
Parte dos Resseguradores nas Prov. Técnicas	-	1.734.014,20	-	1.734.014,20
Custos de Aquisição Diferidos	-	219.609,27	-	219.609,27
Total	182.966.186,30	142.845.104,15	9.276.582,24	335.087.872,69



70



14

PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros				
2020				
Provisões técnicas – Seguro Direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão Matemática	249.908.064,56	26.178.311,99	39.547.882,44	236.538.494,11
Provisão para sinistros	12.761.658,47	43.642.921,49	46.717.381,21	9.687.198,75
Prestações	12.052.651,55	43.595.197,82	46.672.230,95	8.975.618,42
IBNR	842.558,82	118,19	45.150,26	797.526,75
IBNER	(133.551,90)	47.605,48	-	(85.946,42)
Provisão para Participação nos Resultados	13.016.361,46	651.445,70	2.093.770,80	11.574.036,36
Provisão para Prémios não Adquiridos	859.083,93	225.722,59	-	1.084.806,52
Prémios não adquiridos	1.078.693,20	262.924,10	-	1.341.617,30
Custos de aquisição diferidos	(219.609,27)	(37.201,51)	-	(256.810,78)
Total	276.545.168,42	70.698.401,77	88.359.034,45	258.884.35,74

Euros				
2019				
Provisões técnicas – Seguro Direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão Matemática	269.128.233,73	34.466.744,96	53.686.914,13	249.908.064,56
Provisão para sinistros	13.131.725,66	43.170.738,38	43.540.805,57	12.761.658,47
Prestações	12.933.648,36	42.654.609,98	43.535.606,79	12.052.651,55
IBNR	595.067,65	252.689,95	5.198,78	842.558,82
IBNER	(396.990,35)	263.438,45	-	(133.551,90)
Provisão para Participação nos Resultados	10.099.446,96	3.814.600,36	897.685,86	13.016.361,46
Provisão para Prémios não Adquiridos	807.449,67	51.634,26	-	859.083,93
Prémios não adquiridos	1.008.228,87	70.464,33	-	1.078.693,20
Custos de aquisição diferidos	(200.779,20)	(18.830,07)	-	(219.609,27)
Total	293.166.856,02	81.503.717,96	98.125.405,56	276.545.168,42

/14.1. PROVISÃO MATEMÁTICA/

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2020 e de 2019, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros				
2020				
Provisão Matemática – Seguro Direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	34.346.410,22	286.918,37	1.175.032,89	33.458.295,70
Risco	885.352,55	800.578,87	784.196,10	901.735,32
Mistos	22.064.059,18	2.228.847,94	4.493.121,21	19.799.785,91
Capitalização	90.835.231,87	13.655.295,50	3.692.202,66	100.798.324,71
PPR	90.689.259,60	6.773.325,16	27.322.458,81	70.140.125,95
Universal Life	11.087.751,14	2.433.346,15	2.080.870,77	11.440.226,52
Total	249.908.064,56	26.178.311,99	39.547.882,44	236.538.494,11

Euros				
2019				
Provisão Matemática – Seguro Direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	34.452.563,97	1.283.533,81	1.389.687,56	34.346.410,22
Risco	1.066.700,56	212.592,41	393.940,42	885.352,55
Mistos	23.891.887,42	2.775.147,35	4.602.975,59	22.064.059,18
Capitalização	73.563.654,62	20.437.477,55	3.165.900,30	90.835.231,87
PPR	126.892.409,36	7.115.904,67	43.319.054,43	90.689.259,60
Universal Life	9.261.017,80	2.642.089,17	815.355,83	11.087.751,14
Total	269.128.233,73	34.466.744,96	53.686.914,13	249.908.064,56

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa Técnica	Tábua de Mortalidade
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas	Taxa variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e modificadas
Mistos		
Mistos	Entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
Temporários		
Temporário	Entre 0,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e modificadas
Temporário anual renovável	Entre 0% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e modificadas
Capitais diferidos		
Prémios periódicos	Entre 0,2% e 4%	GRM 95, GKM 95 e modificadas
Prémios únicos	Entre 0,5% e 4%	GRM 80, GKM 95 e modificadas
PPR	Entre 0,01% e 4%	GKM 95
Universal Life	Entre 0,01% e 2,5%	GKM 95 e modificadas
Seguros ligados a fundos de investimento		
Com risco de investimento	Entre 0% e 1,4%	PASEM 2010 e modificadas

/14.2. PROVISÃO PARA SINISTROS/

O Anexo 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2020 e 2019, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

/14.3. PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS/

No quadro ao lado demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída no exercício de 2020 e 2019:

	2020				Euros
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final	
MODALIDADE:					
Vida Inteira	-	-	-	-	-
Reforma Assegurada	6.749,62	12.198,04	6.749,62	12.198,04	
Futuro Jovem Garantido	55,82	478,37	55,82	478,37	
Seguro Reforma Completo	9.547,13	12.463,29	9.547,13	12.463,29	
Plano Poupança Criança Futuro	98,47	4.482,62	98,47	4.482,62	
Reforma Flexível	-	-	-	-	
PPR Pré Reforma MAPFRE	230,07	486,14	230,07	486,14	
Reforma Garantida MAPFRE PPR	109.373,33	203.654,53	109.321,66	203.706,20	
PPR Plano A	59.426,33	45.960,59	59.426,33	45.960,59	
PPR 3	1.984,07	2.865,20	1.984,07	2.865,20	
PPR BIC II	3.263,23	2.775,04	3.263,23	2.775,04	
PPR BIC Garantido	-	639,78	-	639,78	
Postal PPR Garantido (II Série)	18.141,42	6.437,26	18.141,42	6.437,26	
MAPFRE PPR	53.190,06	25.887,42	53.190,06	25.887,42	
Universal Life Ag	-	-	-	-	
Postal PPR Seguro	28.716,41	30.129,87	28.716,41	30.129,87	
Postal PPR Rend. Crescente	-	-	-	-	
PPR Super Plano A	19.800,85	15.682,71	19.800,85	15.682,71	
MAPFRE Invest Crescente 2015	-	-	-	-	
Coletivo – Proteção & Reforma	8.827,52	-	-	8.827,52	
PPR Garantido 5 +	-	8.889,48	-	8.889,48	
PPR Muita Poupança	19.763,73	14.505,21	19.763,73	14.505,21	
PPR Transferência	1.809,60	2.548,66	1.809,60	2.548,66	
PPR Master 3.6	-	-	-	-	
PPR Vital	-	5.294,10	-	5.294,10	
PPR Futuro +	-	13.131,43	-	13.131,43	
Postal PPR Plus	100.826,89	118.010,32	100.826,89	118.010,32	
Postal PPR Rendimento Mais	13.928,26	8.281,14	13.928,26	8.281,14	
MAPFRE PPR 2	-	109.672,75	-	109.672,75	
MAPFRE PPR (Edição Especial)	9.184,99	6.971,75	9.184,99	6.971,75	
Total	464.917,80	651.445,70	456.038,61	660.324,89	

Euros

Participação nos resultados atribuída	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	
MODALIDADE:				
Vida Inteira	-	-	-	-
Reforma Assegurada	416.001,13	6.749,62	416.001,13	6.749,62
Futuro Jovem Garantido	469,02	55,82	469,02	55,82
Seguro Reforma Completo	259.263,86	9.547,13	259.263,86	9.547,13
Plano Poupança Criança Futuro	12.072,24	98,47	12.072,24	98,47
Reforma Flexível	126.864,29	-	126.864,29	-
PPR Pré Reforma MAPFRE	-	230,07	-	230,07
Reforma Garantida MAPFRE PPR	51,67	109.321,66	-	109.373,33
PPR Plano A	1.692,29	59.426,33	1.692,29	59.426,33
PPR 3	-	1.984,07	-	1.984,07
PPR BIC II	-	3.263,23	-	3.263,23
PPR BIC Garantido	-	-	-	-
Postal PPR Garantido (II Série)	-	18.141,42	-	18.141,42
MAPFRE PPR	1.993,22	53.190,06	1.993,22	53.190,06
Universal Life Ag	-	-	-	-
Postal PPR Seguro	-	28.716,41	-	28.716,41
Postal PPR Rend. Crescente	-	-	-	-
Ppr Super Plano A	24.268,28	19.800,85	24.268,28	19.800,85
MAPFRE Invest Crescente 2015	20.283,50	-	20.283,50	-
Coletivo - Proteção & Reforma	8.827,52	-	-	8.827,52
PPR Garantido 5 +	-	-	-	-
PPR Muita Poupança	-	19.763,73	-	19.763,73
PPR Transferência	-	1.809,60	-	1.809,60
PPR Master 3.6	-	-	-	-
PPR Vital	-	-	-	-
PPR Futuro +	-	-	-	-
Postal PPR Plus	33.640,64	100.826,89	33.640,64	100.826,89
Postal PPR Rendimento Mais	1.137,39	13.928,26	1.137,39	13.928,26
MAPFRE PPR 2	-	-	-	-
MAPFRE PPR (Edição Especial)	-	9.184,99	-	9.184,99
Total	906.565,05	456.038,61	897.685,86	464.917,80

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir ("*Shadow accounting*"), que corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato, ascende a 10,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019: 12,6 milhões de euros)



15

PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGURO E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O valor de 8.209.313,28 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro ao lado demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2020 e 2019.

Euros					
2020					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	4.368.116,10	1.902.841,36	699.928,27	132.340,22	5.703.369,41
Capitalização	4.368.116,10	1.902.841,36	699.928,27	132.340,22	5.703.369,41
Valorizados ao custo amortizado	2.764.186,07	55.670,00	379.421,65	65.509,45	2.505.943,87
Capitalização	-	-	-	-	-
PPR	2.764.186,07	55.670,00	379.421,65	65.509,45	2.505.943,87
Total	7.132.302,17	1.958.511,36	1.079.349,92	197.849,67	8.209.313,28

Euros					
2019					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	4.097.455,95	929.065,32	1.032.020,81	373.615,64	4.368.116,10
Capitalização	4.097.455,95	929.065,32	1.032.020,81	373.615,64	4.368.116,10
Valorizados ao custo amortizado	2.971.963,46	58.800,00	336.068,91	69.491,52	2.764.186,07
Capitalização	-	-	-	-	-
PPR	2.971.963,46	58.800,00	336.068,91	69.491,52	2.764.186,07
Total	7.069.419,41	987.865,32	1.368.089,72	443.107,16	7.132.302,17

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros			
2020			
Passivos financeiros	Justo Valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	5.703.369,41	-	5.703.369,41
Capitalização	5.703.369,41	-	5.703.369,41
Valorizados ao custo amortizado	-	3.220.936,94	3.220.936,94
Capitalização	-	-	-
PPR	-	3.220.936,94	3.220.936,94
Total	5.703.369,41	3.220.936,94	8.924.306,35

Euros			
2019			
Passivos financeiros	Justo Valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	4.368.116,10	-	4.368.116,10
Capitalização	4.368.116,10	-	4.368.116,10
Valorizados ao custo amortizado	-	3.452.505,94	3.452.505,94
Capitalização	-	-	-
PPR	-	3.452.505,94	3.452.505,94
Total	4.368.116,10	3.452.505,94	7.820.622,04

16

PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 esta rubrica, apresentava os movimentos que ocorreram no exercício de 2020, conforme quadro abaixo:

Euros						
2020						
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas Locações/ Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de Locação - Imóveis	782.813,17	69.374,30	91.601,03	15.317,42	22.012,31	723.256,71
Passivos de Locação - Outros	27.733,14	25.253,40	14.822,93	1.665,65	-	36.497,96
Total	810.546,31	94.627,70	106.423,96	16.983,07	22.012,31	759.754,67

Euros						
2019						
Passivos de locação	Saldo inicial *	Novas Locações/ Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de Locação - Imóveis	871.494,97	-	72.154,10	16.527,70	-	782.813,17
Passivos de Locação - Outros	28.230,17	20.201,56	18.662,69	2.035,90	-	27.733,14
Total	899.725,14	20.201,56	90.816,79	18.563,60	-	810.546,31

* Saldo inicial corresponde ao ajustamento decorrente da IFRS 16

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16 no exercício de 2019, que concerne ao Passivo, foi um incremento de 810.546,31 euros em "Passivos de locação". Relativamente à Demonstração de Resultados, há um incremento dos Gastos financeiros em 18.563,60 euros.

No quadro abaixo apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros

2020					
Passivos de locação	Análise Maturidade – Fluxos de caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de Locação – Imóveis	126.255,42	557.531,10	89.079,51	772.866,03	723.256,71
Passivos de Locação – Outros	13.318,82	26.505,69	-	39.824,51	36.497,96
Total	139.574,24	584.036,79	89.079,51	812.690,54	759.754,67

Euros

2019					
Passivos de locação	Análise Maturidade – Fluxos de caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de Locação – Imóveis	126.385,20	470.689,22	245.355,84	842.430,26	782.813,17
Passivos de Locação – Outros	15.838,69	14.120,05	-	29.958,74	27.733,14
Total	142.223,89	484.809,27	245.355,84	872.389,00	810.546,31

/ 3,5 %
RENTABILIDADE TOTAL

/ 21 MILHÕES DE EUROS
CAPITAL SOCIAL DA MAPFRE – SEGUROS DE VIDA



17

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	1.353.771,80	1.075.166,08
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	371.098,80	386.813,35
Mediadores	607.747,72	336.582,89
Outros saldos credores por operações de seguro direto	374.925,28	351.769,84
Contas a pagar por operações de resseguro	34.244,26	80.208,57
Contas a pagar por outras operações	7.303.334,82	499.560,19
Fornecedores	145.992,19	487.974,54
Outros credores	7.157.342,63	11.585,65
Total	8.691.350,88	1.654.934,84

18

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Acréscimos de gastos com o pessoal	424.989,09	383.598,18
Subsídio de férias e mês de férias	315.146,76	283.754,16
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	109.842,33	99.844,02
Outros acréscimos de gastos	712.756,28	734.322,07
Incentivos a pessoal	354.330,01	287.053,65
Incentivos a mediadores	268.256,88	128.269,95
Trabalhos especializados	49.865,55	52.684,59
Outros acréscimos	40.303,84	266.313,88
Total	1.137.745,37	1.117.920,25

19

OUTRAS
PROVISÕES

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros				
2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Outras provisões	165.000,00	45.000,00	-	210.000,00
Total	165.000,00	45.000,00	-	210.000,00

A provisão diz respeito a um processo judicial colocado por um cliente.

20

CAPITAL

/20.1. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL/

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2020, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada:

Euros				
Entidade Acionista	2020		2019	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE – Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

/20.2. RESULTADOS POR AÇÃO/

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Euros		
Conceito	2020	2019
Resultado líquido	2.885.244,66	3.555.300,80
Número médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,69	0,85



79



/20.3. DIVIDENDOS POR AÇÃO /

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo do exercício de 2020, no montante de 2.885.244,66 euros (dois milhões oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 288.524,47 euros
- Reserva livre: 2.596.720,19 euros

21 RESERVAS

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

Nos quadros seguintes apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2020 e 2019 em cada uma das reservas:

Euros				
2020				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	26.361.225,60	1.637.732,19	(3.233.307,96)	24.765.649,83
Ações/Unid part fundos invest	3.824.397,50	-	(2.369.518,13)	1.454.879,37
Títulos de dívida	35.088.271,76	-	(863.789,83)	34.224.481,93
Participação nos resultados a atribuir	(12.551.443,66)	1.637.732,19	-	(10.913.711,47)
Reserva por impostos diferidos	(3.841.718,19)	-	(194.359,32)	(4.036.077,51)
Outras reservas	1.487.199,77	4.107.467,78	-	5.594.667,55
Reserva legal	1.126.068,80	355.530,08	-	1.481.598,88
Outras reservas	2.766.096,72	3.199.770,72	-	5.965.867,44
Reserva por impostos correntes	(2.404.965,75)	552.166,98	-	(1.852.798,77)
Total	24.006.707,18	5.745.199,97	(3.427.667,28)	26.324.239,87

Euros

2019				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	19.162.405,84	10.557.381,51	(3.358.561,75)	26.361.225,60
Ações/Unid part fundos invest	362.955,87	3.461.441,63	-	3.824.397,50
Títulos de dívida	27.992.331,88	7.095.939,88	-	35.088.271,76
Participação nos resultados a atribuir	(9.192.881,91)	-	(3.358.561,75)	(12.551.443,66)
Reserva por impostos diferidos	(2.493.463,57)	-	(1.348.254,62)	(3.841.718,19)
Outras reservas	74.528,70	1.711.989,72	(299.318,65)	1.487.199,77
Reserva legal	954.909,56	171.159,24	-	1.126.068,80
Outras reservas	1.226.332,11	1.540.830,48	(1.065,87)	2.766.096,72
Reserva por impostos correntes	(2.106.712,97)	-	(298.252,78)	(2.404.965,75)
Total	16.743.470,97	12.269.371,23	(5.006.135,02)	24.006.707,18

O valor apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2020, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05 euros.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), começou a sua atividade com o capital social de 7.500.000 euros que foi posteriormente ampliado para 21.000.000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais.

/22

**PRÉMIOS ADQUIRIDOS,
LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2020, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 33.374.039,83 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

	Euros	
	2020	
Prémios brutos emitidos de seguro direto		33.374.039,83
Relativos a contratos individuais	31.144.727,93	
Relativos a contratos de grupo	2.229.311,90	33.374.039,83
Periódicos	13.736.435,52	
Não periódicos	19.497.722,71	
Periódicos / Não periódicos	139.881,60	33.374.039,83
De contratos sem participação nos resultados	21.214.492,83	
De contratos com participação nos resultados	12.159.547,00	33.374.039,83
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
Saldo de resseguro		189.630,39

	Euros	
	2019	
Prémios brutos emitidos de seguro direto		38.334.865,72
Relativos a contratos individuais	36.413.230,43	
Relativos a contratos de grupo	1.921.635,29	38.334.865,72
Periódicos	11.976.250,87	
Não periódicos	26.219.158,08	
Periódicos / Não periódicos	139.456,77	38.334.865,72
De contratos sem participação nos resultados	25.816.946,60	
De contratos com participação nos resultados	12.517.919,12	38.334.865,72
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
Saldo de resseguro		(309.295,57)

Nos exercícios de 2020 e 2019, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	33.374.039,83	38.334.865,72
Prémios de resseguro cedido	1.487.130,97	1.114.155,08
Prémios líquidos de resseguro	31.886.908,86	37.220.710,64
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	262.924,10	70.464,33
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	56.887,94	(1.754,84)
Prémios não adquiridos (variação)	206.036,16	72.219,17
Total	31.680.872,70	37.148.491,47

	Euros	
Conceito	2020	2019
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	33.374.039,83	38.334.865,72
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	262.924,10	70.464,33
Prémios brutos adquiridos	33.111.115,73	38.264.401,39
Prémios de resseguro cedido	1.487.130,97	1.114.155,08
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	56.887,94	(1.754,84)
Prémios de resseguro cedido adquiridos	1.430.243,03	1.115.909,92
Total	31.680.872,70	37.148.491,47

23

CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	48.362.356,37	59.828.045,27
Montantes brutos	49.161.976,12	60.692.225,32
Parte dos resseguradores	799.619,75	864.180,05
Provisão para sinistros (variação)	(3.215.062,02)	(819.835,71)
Montantes brutos	(3.074.459,72)	(370.067,19)
Parte dos resseguradores	140.602,30	449.768,52
Total	45.147.294,35	59.008.209,56

	Euros	
Conceito	2020	2019
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	46.087.516,40	60.322.158,13
Montantes Pagos	49.161.976,12	60.692.225,32
Provisão para sinistros (variação)	(3.074.459,72)	(370.067,19)
Custos com sinistros parte dos resseguradores	940.222,05	1.313.948,57
Montantes Pagos	799.619,75	864.180,05
Provisão para sinistros (variação)	140.602,30	449.768,52
Total	45.147.294,35	59.008.209,56

/24

**PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA,
LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)**

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros					
	2020			2019		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	(25.769.402,49)	-	(25.769.402,49)	(39.174.377,46)	-	(39.174.377,46)
Total	(25.769.402,49)	-	(25.769.402,49)	(39.174.377,46)	-	(39.174.377,46)

/25

**PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS,
LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)**

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros					
	2020			2019		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	1.205.935,48	-	1.205.935,48	791.149,24	-	791.149,24
Total	1.205.935,48	-	1.205.935,48	791.149,24	-	791.149,24



/26

OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros					
	2020			2019		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras Provisões Técnicas líquidas de Resseguro (variação)						
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	11.943.793,43	-	11.943.793,43	19.056.522,46	-	19.056.522,46
Total	11.943.793,43	-	11.943.793,43	19.056.522,46	-	19.056.522,46

/27

**CUSTOS E GASTOS
DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS****/27.1. POR NATUREZA/**

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2020 e 2019:

	Euros	
Rubrica	2020	2019
Pessoal	3.514.717,14	2.970.064,70
Viagens e relações públicas	135.146,42	220.550,71
Locais e Imóveis	283.171,49	319.875,84
Informática	629.376,75	459.654,60
Publicidade	80.921,91	111.259,28
Campanhas comerciais	22.893,07	55.606,91
Serviços profissionais externos	269.969,79	286.541,81
Outros gastos internos	653.544,39	784.294,10
Total	5.589.740,96	5.207.847,95

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2020 e de 2019 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

	Euros	
Âmbito	2020	2019
Serviços de revisão legal de contas	35.924,00	29.829,50
Outros serviços	17.119,00	17.000,00
Total	53.043,00	46.829,50

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

	Euros	
Âmbito	2020	2019
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	16.983,07	18.563,60
Gastos relativos a locações de curta duração	14.984,88	22.282,41
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	72.895,20	54.965,94
Total	104.863,15	95.811,95

As quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 14.984,88 euros, repartido em 7.667,99 euros relativo a rendas de imóveis e 7.316,89 euros relacionado com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 72.895,20 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

/27.2. POR FUNÇÕES/

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções: sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

• Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e

- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

• Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

Nos quadros seguintes demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

	Euros			
	2020			
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	634.219,03	2.830.373,33	50.124,78	3.514.717,14
Fornecimentos e serviços externos	219.740,62	1.145.643,78	17.137,90	1.382.522,30
Impostos e taxas	3.072,35	13.733,14	255,15	17.060,64
Amortizações do exercício	48.758,95	218.133,82	3.859,10	270.751,87
Outras provisões	9.272,85	35.115,63	611,52	45.000,00
Juros suportados	3.060,90	13.677,11	245,06	16.983,07
Comissões	-	-	342.705,94	342.705,94
Total	918.124,70	4.256.676,81	414.939,45	5.589.740,96



Euros				
2020				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	454.549,12	2.471.659,82	43.855,76	2.970.064,70
Fornecimentos e serviços externos	175.439,96	1.242.924,96	17.342,57	1.435.707,49
Impostos e taxas	3.624,47	19.632,73	379,53	23.636,73
Amortizações do exercício	39.374,11	208.128,80	3.660,90	251.163,81
Outras provisões	15.971,53	82.450,38	1.578,09	100.000,00
Juros suportados	2.934,13	15.350,74	278,73	18.563,60
Comissões	-	-	408.711,62	408.711,62
Total	691.893,32	4.040.147,43	475.807,20	5.207.847,95

A MAPFRE é a seguradora de referência no mercado espanhol e a maior multinacional seguradora na América Latina. É um dos 15 maiores grupos europeus em volume de negócio.

28

CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2020 e 2019, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Euros		
Custos de Aquisição	2020	2019
Custos Imputados	3.144.875,31	3.026.199,78
Comissões de mediação	1.681.913,53	844.045,23
Outros	266.202,68	271.114,32
Total	5.092.991,52	4.141.359,33

Na rubrica "Outros" estão registados os incentivos processados aos mediadores ("Profit Commissions").

29

GASTOS COM O PESSOAL

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2020, era de 77, mais 8 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo Profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	2
Diretor	2
Gestor	7
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	2
Operacional	57
Coordenador Operacional	13
Especialista Operacional	44
Técnico	11
Técnico	11
Total	77

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2020 e 2019, por natureza apresentam wo seguinte detalhe:

Rubrica	Euros	
	2020	2019
Remunerações	2.651.655,27	2.239.204,22
Dos órgãos sociais	-	-
Do pessoal	2.651.655,27	2.239.204,22
Encargos sobre remunerações	671.149,40	567.546,75
Benefícios pós-emprego	45.172,96	34.964,23
Planos de contribuição definida	45.172,96	34.728,55
Planos de benefícios definidos	-	235,68
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	3.619,04	316,59
Seguros obrigatórios	71.030,43	60.783,38
Gastos de ação social	6.700,02	4.886,01
Outros gastos com o pessoal	65.390,02	62.363,52
Total	3.514.717,14	2.970.064,70

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

/30

**OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS
DOS EMPREGADOS**

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Mas em 2020, foi celebrado um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de 3 anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (STAS, SISEP e SINAPSA) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para o novo acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

/30.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA/**a) Descrição geral do plano**

O disposto neste novo ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer

outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52º do ACT.

Este plano individual de reforma, deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete 2 anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2020 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	45.172,96	34.728,55
Total	45.172,96	34.728,55

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo VII do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19 o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 77 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao ACT/2020.

/30.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDO/

a) Descrição geral do plano

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas e tendo em conta que o mesmo foi subscrito pelos sindicatos representativos do setor e por todos os colaboradores não sindicalizados, o plano de benefícios definido que ainda vigorava para os colaboradores que tinham optado pelo CCT/2008, acabou por ser convertido para o Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

Sendo assim, a partir de 2020, deixa de existir um plano de benefícios definidos para os colaboradores ativos.

Além disso, durante a vigência do plano de benefícios definidos, nunca se verificou a reforma de nenhum colaborador abrangido pelo plano, pelo que a Companhia não tem qualquer responsabilidade com pensões em pagamento.

b) Veículo de financiamento utilizado

As apólices que estavam em vigor ao abrigo deste plano para os colaboradores no ativo, foram convertidas no Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.



c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

2020					Euros
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor de ativos (euros)	
8601291600610	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	0,00	
Total de apólices Universal Life		-	-	0,00	
8601791100248	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	0,00	
Total de apólices Universal Life		-	-	0,00	
Total de apólices		-	-	0,00	

2019					Euros
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor de ativos (euros)	
8601291600610	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	1.463,27	
Total de apólices Universal Life		-	-	1.463,27	
8601791100248	Invida-Capital diferido a prémio único	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	19.488,42	
Total de apólices capital diferido		-	-	19.488,42	
Total de apólices		-	-	20.951,69	

d) Responsabilidade passada

	Euros	
Conceito	2020	2019
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	-	1.463,26
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	-	4.249,51
Valor atual serviços passados – reformados	-	-
Total	-	5.712,77

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo			Euros
Conceito	2020	2019	
Valor responsabilidades janeiro	5.712,77	4.266,14	
Extinção responsabilidade – novo ACT/2020	(5.712,77)	-	
Custo serviço corrente	-	292,02	
Custo dos juros	-	88,74	
Resgates	-	-	
Ganhos atuariais	-	-	
Perdas atuariais	-	1.065,87	
Valor responsabilidades dezembro	-	5.712,77	



f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Euros		
Apólices Universal Life		
Conceito	2020	2019
Valor ativos janeiro	1.463,26	1.066,13
Conversão ativos – novo ACT/2020	(1.463,26)	
Excesso/Insuficiência de cobertura – novos CCT/2008	-	397,13
Valor ativos dezembro	-	1.463,26

Euros		
Apólices Universal Life		
Conceito	2020	2019
Valor ativos janeiro	19.488,43	19.343,35
Conversão ativos – novo ACT/2020	(19.488,43)	
Contribuições empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	-	145,09
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Valor ativos dezembro	-	19.488,43

Euros		
Total de ativos		
Conceito	2020	2019
Valor ativos janeiro	20.951,69	20.409,48
Conversão ativos – novo ACT/2020	(20.951,69)	-
Excesso/Insuficiência de cobertura – novos CCT/2008	-	397,13
Contribuições da empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	-	145,09
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Prestações pagas	-	-
Valor ativos de dezembro	-	20 951,69

g) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros		
Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2020	2019
Diferença ativo/responsabilidade – Conversão novo ACT/2020	15.238,92	-
Custo serviço corrente	-	292,02
Custo dos juros	-	88,74
Retorno ativos	-	(145,08)
Pagamentos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Total	15.238,92	235,68

Euros

Gasto reconhecido em capital próprio

Conceito	2020	2019
Excesso/Insuficiência de cobertura – novos CCT/2008	-	(397,13)
Perdas atuariais	-	1.065,87
Ganhos atuariais	-	-
Total	-	668,74

A Companhia reconheceu, no exercício de 2020, em ganhos e perdas, uma perda de 15.238,92 euros, resultante da diferença entre o ativo e a responsabilidade que existiam à luz do plano de benefício definido e que foi convertido no Plano Individual de Reforma (PIR) de acordo com o novo ACT/2020.

h) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros

Conceito	2020	2019	2018
Valor das responsabilidades	0,00	5.712,77	4.266,14
Valor dos ativos	0,00	20.951,69	20.409,48
Excesso/(Insuficiência)	0,00	15.238,93	16.143,34
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	0,00	(1.065,87)	4.339,58
% sobre responsabilidades	-	-18,66%	101,72%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	0,00	0,00	-0,01
% sobre ativos	-	0,00%	0,00%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

/ 30 MILHÕES
DE CLIENTES MAPFRE

/ 33 MIL
EMPREGADOS

/ 5.000 ESCRITÓRIOS
PRÓPRIOS EM TODO O MUNDO

RENDIMENTOS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e juros de empréstimos sobre apólices, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros			
2020			
Rendimentos / Réditos	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	7.712.818,84	-	7.712.818,84
de juros de títulos de dívida	6.617.944,39	-	6.617.944,39
de dividendos de ações	376.532,58	-	376.532,58
de rendimento unidades de participação	4.226,43	-	4.226,43
de rendimento custo amortizado	714.115,44	-	714.115,44
De ativos classificados justo valor por via ganhos e perdas	-	1.350.950,99	1.350.950,99
de juros de títulos de dívida	-	1.338.492,13	1.338.492,13
de rendimento custo amortizado	-	12.458,86	12.458,86
De outros	-	1.133,72	1.133,72
de empréstimos sobre apólices	-	1.133,72	1.133,72
Total	7.712.818,84	1.352.084,71	9.064.903,55

Euros			
2019			
Rendimentos / Réditos	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	9.320.746,27	-	9.320.746,27
de juros de títulos de dívida	7.840.256,65	-	7.840.256,65
de dividendos de ações	740.006,77	-	740.006,77
de rendimento unidades de participação	1.901,53	-	1.901,53
de rendimento custo amortizado	738.581,32	-	738.581,32
De ativos classificados justo valor por via ganhos e perdas	-	1.206.041,17	1.206.041,17
de juros de títulos de dívida	-	1.198.761,99	1.198.761,99
de rendimento custo amortizado	-	7.279,18	7.279,18
De outros	-	1.379,22	1.379,22
de empréstimos sobre apólices	-	1.379,22	1.379,22
Total	9.320.746,27	1.207.420,39	10.528.166,66

32

GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros				
2020				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.324.292,80	-	192.436,11	1.516.728,91
Perdas em passivos financeiros	-	65.509,45	-	65.509,45
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	414.939,45	414.939,45
Total	1.324.292,80	65.509,45	607.375,56	1.997.177,81

Euros				
2019				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.342.549,38	-	187.501,84	1.530.051,22
Perdas em passivos financeiros	-	69.491,52	-	69.491,52
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	475.807,20	475.807,20
Total	1.342.549,38	69.491,52	663.309,04	2.075.349,94

33

GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2020			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.497.667,78	361.646,35	1.136.021,43
de ações	1.968.197,35	1.726.390,22	241.807,13
Total	3.465.865,13	2.088.036,57	1.377.828,56

Euros			
2019			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.589.190,41	138.482,64	1.450.707,77
de ações	743.396,32	648.765,25	94.631,07
Total	2.332.586,73	787.247,89	1.545.338,84

34

GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2020			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda Líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.129.839,40	243.843,72	1.885.995,68
de títulos de dívida	1.908.118,96	243.843,72	1.664.275,24
de fundos de investimento	221.720,44	-	221.720,44
Juro técnico dos passivos financeiros	-	132.340,22	(132.340,22)
Total	2.129.839,40	376.183,94	1.753.655,46

Euros			
2019			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda Líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.800.850,15	182.740,33	2.618.109,82
de títulos de dívida	2.366.969,17	182.740,33	2.184.228,84
de fundos de investimento	433.880,98	-	433.880,98
Juro técnico dos passivos financeiros	-	373.615,64	(373.615,64)
Total	2.800.850,15	556.355,97	2.244.494,18

35

OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Outros Rendimentos/Gastos		
Gastos técnicos	(14.876,74)	(66.435,23)
Relativos ao ramo Vida	(14.876,74)	(66.435,23)
Outros	(14.876,74)	(66.435,23)
Rendimentos técnicos	6.828,06	11.103,30
Relativos ao ramo Vida	6.828,06	11.103,30
Outros	6.828,06	11.103,30
Total	(8.048,68)	(55.331,93)

36

AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	(5.663,72)	(19.899,37)
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	-
Total	(5.663,72)	(19.899,37)

37

OUTROS RENDIMENTOS
E GASTOS

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Euros	
Conceito	2020	2019
Outros Rendimentos/Gastos		
Outros gastos	(99.494,71)	(55.644,26)
Gastos e perdas não correntes	(84.235,26)	(54.693,13)
Ofertas a clientes	(5.633,25)	(5.616,89)
Multas e penalidades	(69,59)	(152,95)
Outros gastos	(78.532,42)	(48.923,29)
Gastos e perdas financeiras	(15.259,45)	(951,13)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas financeiras	(15.259,45)	(951,13)
Perdas em outros ativos tangíveis	-	-
Outros rendimentos	348.486,42	129.970,78
Rendimentos e ganhos não correntes	3.489,26	1.244,86
Restituição de impostos	-	-
Outros	3.489,26	1.244,86
Rendimentos e ganhos financeiros	344.997,16	128.725,92
Juros obtidos	6.160,86	6.199,29
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	338.836,30	122.526,63
Outros	-	-
Ganhos com benefícios pós-emprego	-	-
Total	248.991,71	74.326,52

RELATO POR SEGMENTOS

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e Reforma (inclui PPR's).

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2020 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2020						
Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma
Contratos de seguro	1%	26%	7%	7%	36%	23%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	97%	3%

2019						
Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma
Contratos de seguro	3%	16%	7%	7%	48%	19%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	94%	6%

Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2020 e 2019:

	Euros			
	2020			
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e Universal Life	Capitalização	Reforma
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31.680.872,70	11.868.231,25	12.203.246,43	7.609.395,02
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	45.147.294,35	10.577.191,27	4.647.344,08	29.922.759,00
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(25.769.402,49)	(2.799.980,68)	(1.980.700,59)	(20.988.721,22)
Participação nos resultados líquida de resseguro	1.205.935,48	584.112,10	-	621.823,38
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	11.943.793,43	-	11.943.793,43	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.867.200,92	3.830.409,66	666.645,59	1.370.145,67
Rendimentos Financeiros	9.064.903,55	2.724.057,65	3.126.319,09	3.214.526,81
Gastos Financeiros	1.997.177,81	566.243,41	873.339,43	557.594,97
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.377.828,56	104.454,34	206.673,23	1.066.700,99
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.753.655,46	-	1.753.732,09	(76,63)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(8.048,68)	(4.719,69)	(951,85)	(2.377,14)
Outras provisões (variação)	(5.663,72)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	248.991,71	-	-	-
Resultado antes de impostos	3.731.867,52	1.934.047,79	1.138.597,05	404.567,25
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	846.622,86			
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	2.885.244,66	1.934.047,79	1.138.597,05	404.567,25

	2019			
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e Universal Life	Capitalização	Reforma
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	37.148.491,47	11.757.881,61	18.274.705,19	7.115.904,67
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	59.008.209,56	9.684.641,17	3.943.886,23	45.379.682,16
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(39.174.377,46)	(976.402,89)	(1.805.228,71)	(36.392.745,86)
Participação nos resultados líquida de resseguro	791.149,24	351.561,67	-	439.587,57
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	19.056.522,46	-	19.056.522,46	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.025.219,99	2.930.446,58	607.666,34	1.487.107,07
Rendimentos Financeiros	10.528.166,66	2.973.289,33	3.102.037,54	4.452.839,79
Gastos Financeiros	2.075.349,94	464.017,68	916.157,75	695.174,51
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.545.338,84	214.845,10	882,28	1.329.611,46
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.244.494,18	-	2.244.494,18	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(55.331,93)	(34.518,46)	(11.065,43)	(9.748,04)
Outras provisões (variação)	(19.899,37)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	74.326,52	-	-	-
Resultado antes de impostos	4.723.311,38	2.457.233,37	892.049,69	1.279.802,43
Imposto s/rendimento do exercício – impostos correntes	1.168.010,58			
Imposto s/rendimento do exercício – impostos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	3.555.300,80	2.457.233,37	892.049,69	1.279.802,43

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia, neste sentido não é regularmente preparada.

ENTIDADES RELACIONADAS

/39.1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA-MÃE E SOBRE A EMPRESA-MÃE DO TOPO DO GRUPO /

A MAPFRE nasceu em 1933 como “Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España”, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975 inicia as suas atividades a “FUNDACIÓN MAPFRE” e nos anos 80, MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro

que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A “FUNDACIÓN MAPFRE”, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade holding, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007 impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global

com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- **A MAPFRE é a seguradora de referência no mercado espanhol e a maior multinacional seguradora na América Latina. É um dos 15 maiores grupos europeus em volume de negócio.**

No seu conjunto, a MAPFRE conta atualmente com mais de 30 milhões de clientes, 33.000 empregados, 5.000 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 82.000 intermediários.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

/39.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS/

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

*É em 2007 que se dá o grande impulsionamento de **expansão do Grupo** com uma aposta na diversificação geográfica e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.*

/39.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO/

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.
Vítor Manuel da Silva Reis	
Juan Fernández Palacios	BANKIA MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; BANKINTER SEGUROS GENERALES S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS; BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS; CCM VIDA Y PENSIONES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. (Como Secretário)



/39.4. OPERAÇÕES OCORRIDAS E SALDOS ENTRE AS ENTIDADES RELACIONADAS /

Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as entidades relacionadas:

Conceito	Euros			
	Gastos		Rendimentos	
	2020	2019	2020	2019
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	177.194,02	127.400,65	242.624,84	176.974,76
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	2.572,75	14.154,35	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	342.705,97	408.711,62	-	-
Total	522.472,74	550.266,62	242.624,84	176.974,76

Conceito	Euros	
	Operações Gerais	
	2020	2019
Saldos a receber e a pagar	(7.016.811,53)	(14.247,37)
Depósitos	-	142.870,27
Total	(7.016.811,53)	128.622,90



As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro cedido		Euros
	2020	2019	
	Prémios	1.487.130,97	1.114.157,58
Sinistros recebidos	799.619,75	864.180,05	
Variação de provisões técnicas	140.602,26	449.768,54	
Comissões	300.390,59	111.257,72	
Juros sobre depósitos	-	-	

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro cedido		Euros
	2020	2019	
	Saldos a receber e a pagar	240.756,38	(68.028,84)
Provisões técnicas	1.887.296,80	1.734.014,24	
Total	2.128.053,18	1.665.985,40	



Euros

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2020			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balanço	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões Técnicas
EM PORTUGAL											
MAPFRE – SEGUROS GERAIS	Seguradora/segurado									52.780,58	187.741,47
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		(7.016.503,98)							32.388,71	
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/segurado										45.552,80
	Resseguradora			(24.429,45)	78.730,25	44.671,39	0,00		3.338,44		
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/segurado										1.100,96
	Proprietário/arrendatário		(133,32)							2.572,75	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/segurado										5.439,48
	Prestação serviços assistência/ apoio telefónico sim24		(174,23)							2.988,90	
MAPFRE RE	Seguradora/segurado										2.790,13
	Resseguradora			(7.421,20)	24.080,32	-315,45	0,00		1.873,89		

/ 2007

**MARCA A GRANDE EXPANSÃO
GEOGRÁFICA DO GRUPO**



Euros

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2020			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balanço	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões Técnicas
EM ESPANHA											
MAPFRE INVERSION	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE - Seguros da vida	0,00	0,00							38.034,78	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação serviços de gestão dos investimentos financeiros									304.671,19	
MAPFRE RE	Resseguradora			272.607,03	1.384.320,40	256.034,65	940.222,01		1.882.084,47		
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização estudos atuariais									3.690,00	
CESVIMAP	Prestação serviços no âmbito da formação									3.216,44	
MAPFRE TECH	Prestação serviços no âmbito informático		0,00							82.129,39	
Total		0,00	(7.016.811,53)	240.756,38	1.487.130,97	300.390,59	940.222,01	0,00	1.887.296,80	522.472,74	242.624,84

/ 33,37 MILHÕES EUROS
PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGUROS EMITIDOS EM 2020

/ 1,96 MILHÕES EUROS
DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO EMITIDOS EM 2020



/40

DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

/40.1. ANÁLISES DE SENSIBILIDADE, CONCENTRAÇÃO E SINISTROS EFETIVOS/ ESTIMADOS SOBRE O RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS /

a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no "Market Consistent Embedded Value". O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano;

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte podendo reduzir o "Value In-Force" (VIF) apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias.

- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o "VIF", sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no "VIF":

Euros			
2020			
Variação	Contratos Seguro	Contratos de Investimento	Total
Value In-Force (VIF) do negócio	33.238.156,24	363.738,25	33.601.894,49
Aumento de mortalidade em 5 p.p.	(1.378.045,18)	(1.028,74)	(1.379.073,92)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(1.487.661,57)	20.122,53	(1.467.539,04)

b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do "Market Consistent Embedded Value" (sem gastos de administração) foram determinadas as TIRs implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIR's e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Euros	
2020	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	9.856.918,13
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	(11.239.502,94)

Euros

2019	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	11.235.159,80
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	(12.877.551,96)

c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

2020							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma	Total
Prémios brutos emitidos	286.918,37	8.612.285,92	2.228.847,94	2.433.346,15	12.203.246,43	7.609.395,02	33.374.039,83
Prémios de resseguro cedido	-	1.475.785,70	6.144,92	5.200,35	-	-	1.487.130,97
% Composição da carteira	0,9%	25,8%	6,7%	7,3%	36,6%	22,8%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	82,9%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	95,5%

Euros

2019							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma	Total
Prémios brutos emitidos	1.283.533,81	6.243.485,53	2.775.147,35	2.642.089,17	18.274.705,19	7.115.904,67	38.334.865,72
Prémios de resseguro cedido	-	1.101.460,25	7.629,55	5.065,28	-	-	1.114.155,08
% Composição da carteira	3,3%	16,3%	7,2%	6,9%	47,7%	18,6%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	82,4%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	97,1%



		2020		
Contratos de Resseguro		Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional	Quota-parte	✓		
	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

		2019		
Contratos de Resseguro		Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional	Quota-parte	✓		
	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

/40.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE CRÉDITO E LIQUIDEZ/

a) Risco de crédito

• Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 15% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 63% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 78% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

• Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., detêm 22% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

• Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro Cedido	Valor Contabilístico	
	2020	2019
	Euros	
Provisão para sinistros	1.710.543,54	1.569.941,24
Provisão para prémios não adquiridos	176.753,26	164.072,96
Créditos por operações de resseguro cedido	272.607,03	9.786,12
Dívidas por operações de resseguro cedido	(34.244,26)	(80.208,57)
Total posição líquida	2.125.659,57	1.663.591,75

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação Creditícia dos Resseguradores	Valor Contabilístico	
	2020	2019
	Euros	
A	2.125.659,57	1.663.591,75
BBB	-	-
Total posição líquida	2.125.659,57	1.663.591,75



b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados

regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2020 e 2019:

Euros							
2020							
Conceito	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão Matemática	32.531.825,54	30.126.803,11	39.876.746,50	33.887.533,46	22.660.322,15	99.536.323,50	258.619.554,26
Provisão para sinistros	10.061.716,03	-	-	-	-	-	10.061.716,03
Provisão para Participação nos Resultados	1.502.340,13	196.558,04	363.353,49	243.007,05	296.713,62	686.606,82	3.288.579,16
Provisão para Prémios não Adquiridos	1.084.806,52	-	-	-	-	-	1.084.806,52
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	991.704,87	873.397,92	869.168,43	695.794,91	588.026,11	4.552.962,56	8.571.054,80
Dívidas por operações de seguro direto	1.353.771,80	-	-	-	-	-	1.353.771,80
Dívidas por operações de resseguro	34.244,26	-	-	-	-	-	34.244,26
Total posição líquida	47.560.409,15	31.196.759,07	41.109.268,42	34.826.335,42	23.545.061,88	104.775.892,88	283.013.726,83

Euros							
2019							
Conceito	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão Matemática	39.948.132,93	33.158.333,07	28.955.789,25	38.583.746,47	31.843.470,48	106.262.237,38	278.751.709,58
Provisão para sinistros	13.113.428,31	-	-	-	-	-	13.113.428,31
Provisão para Participação nos Resultados	1.140.648,16	756.076,34	115.587,95	207.354,38	143.407,47	1.312.640,63	3.675.714,92
Provisão para Prémios não Adquiridos	859.083,93	-	-	-	-	-	859.083,93
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	930.930,58	870.064,90	707.315,96	649.944,52	488.262,55	4.429.373,97	8.075.892,48
Dívidas por operações de seguro direto	1.075.166,08	-	-	-	-	-	1.075.166,08
Dívidas por operações de resseguro	80.208,57	-	-	-	-	-	80.208,57
Total posição líquida	57.147.598,56	34.784.474,31	29.778.693,16	39.441.045,37	32.475.140,50	112.004.251,98	305.631.203,87

/40.3. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES /

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR/IBNER concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método "*pro-rata temporis*", tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

/40.4. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS /

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2020 e 2019:

2020	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	103%
Rácio de despesas	18%
Rácio combinado	121%

* Calculados líquidos de resseguro cedido

2019	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	107%
Rácio de custos de exploração	13%
Rácio combinado	120%

* Calculados líquidos de resseguro cedido



/41

**DIVULGAÇÕES RELATIVAS
AOS RISCOS RESULTANTES DE
INSTRUMENTOS FINANCEIROS****/41.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA
AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO
DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS
FINANCEIROS /**

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.
- Risco de câmbio – A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.
- Outros riscos de mercado – Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

/41.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS /

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

Euros				
2020				
Classificação Creditícia das Emissões	Valor de mercado			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	304.699,47	8.662.984,95	-	8.967.684,42
A	61.670.290,28	1.164.450,27	-	62.834.740,55
BBB	162.373.499,07	47.639.849,46	9.887.386,00	219.900.734,53
BB ou menor	-	-	-	-
NR	-	-	-	-
Total	224.348.488,82	57.467.284,68	9.887.386,00	291.703.159,50

Euros				
2019				
Classificação Creditícia das Emissões	Valor de mercado			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	-	13.253.282,95	-	13.253.282,95
A	70.374.945,00	1.435.263,85	-	71.810.208,85
BBB	169.530.876,14	30.113.705,76	13.489.686,34	213.134.268,24
BB ou menor	-	-	-	-
NR	-	-	-	-
Total	239.905.821,14	44.802.252,56	13.489.686,34	298.197.760,04



b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

2020					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades participação fundos investimento	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	7.579.057,25	12.231.510,29	291.703.159,50	200.159,32	311.713.886,36
Franco Suíço	408.096,40	-	-	-	408.096,40
Libras	53.670,95	-	-	-	53.670,95
Total	8.040.824,60	12.231.510,29	291.703.159,50	200.159,32	312.175.653,71

Euros

2019					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades participação fundos investimento	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	15.886.070,89	9.988.313,13	298.197.760,04	183.792,82	324.255.936,88
Franco Suíço	543.235,61	-	-	-	543.235,61
Libras	142.823,49	-	-	-	142.823,49
Total	16.572.129,99	9.988.313,13	298.197.760,04	183.792,82	324.941.995,98

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.



117



A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros									
2020									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	65.860.602,92	5.145.189,99	5.378.955,40	-	9.889.151,55	16.247.617,14	29.199.688,84	2,0125	4,5130
Ativos financeiros disponíveis p/venda									
Títulos de dívida	225.842.556,58	15.950.715,82	24.898.561,15	32.407.475,18	24.848.128,61	35.378.349,81	92.359.326,01	3,0012	5,5040
Total	291.703.159,50	21.095.905,81	30.277.516,55	32.407.475,18	34.737.280,16	51.625.966,95	121.559.014,85	-	-

Euros									
2019									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	51.401.913,14	-	5.273.965,04	5.497.827,54	-	10.076.016,13	30.554.104,43	2,3215	4,8489
Ativos financeiros disponíveis p/venda									
Títulos de dívida	246.795.846,90	683.589,53	27.586.659,14	29.626.252,77	36.815.527,79	26.102.125,45	125.981.692,22	3,0972	5,7729
Total	298.197.760,04	683.589,53	32.860.624,18	35.124.080,31	36.815.527,79	36.178.141,58	156.535.796,65	-	-



No quadro que se segue mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Euros		
Capital próprio	2020	2019
Capital próprio	50.209.484,53	48 562 007,98
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(6.686.832,12)	(7.480.114,37)
Capital próprio após o impacto	43.522.652,41	41.081.893,61
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	6.686.832,12	7.480.114,37
Capital próprio após o impacto	56.896.316,65	56.042.122,35

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Euros		
Tipo de ativo	2020	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	20.272.334,89	8.143.000,00

Euros

Tipo de ativo	2019	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	26.560.443,12	6.109.000,00

d) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição por sector, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2020 e 2019:

Euros		
Setor de Atividade	2020	2019
Dívida Pública e Outros Emissores Públicos	224.348.488,82	239.905.821,14
Instituições Financeiras	71.028.892,84	57.853.205,84
Industriais	4.773.055,27	7.524.657,88
Energia & Meio Ambiente	4.255.955,57	5.545.457,55
Petrolíferas	4.145.970,02	5.720.919,25
Comunicações	2.197.430,70	4.380.359,02
Construção	343.063,48	1.799.768,05
Distribuição	378.283,08	1.290.729,53
Consultadoria	310.845,97	504.891,48
Investigação e Desenvolvimento	163.052,64	232.393,42
Transportes	30.456,00	-
Total	311.975.494,39	324.758 203,16



e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento dos exercícios de 2020 e 2019:

								Euros
								2020
Conceito	Seguro direto						Saldo final	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.788.656,28	-	-	-	-	-	7.788.656,28	
Ativos financeiros disponíveis para venda	42.597.171,83	36.298.613,28	41.463.476,39	35.955.386,62	47.187.209,98	110.019.181,75	313.521.039,85	
Empréstimos concedidos e contas a receber	46.922,82	16.505,84	19.421,53	13.675,20	3.438,63	100.293,74	200.257,76	
Contas a receber por operações de seguro direto	2.452.309,04	-	-	-	-	-	2.452.309,04	
Contas a receber por operações de resseguro	272.607,03	-	-	-	-	-	272.607,03	
Total do ativo	53.157.667,00	36.315.119,12	41.482.897,92	35.969.061,82	47.190.648,61	110.119.475,49	324.234.869,96	
Passivo								
Provisão Matemática	32.531.825,54	30.126.803,11	39.876.746,50	33.887.533,46	22.660.322,15	99.536.323,50	258.619.554,26	
Provisão para sinistros	10.061.716,03	-	-	-	-	-	10.061.716,03	
Provisão para Participação nos Resultados	1.502.340,13	196.558,04	363.353,49	243.007,05	296.713,62	686.606,82	3.288.579,16	
Provisão para Prémios não Adquiridos	1.084.806,52	-	-	-	-	-	1.084.806,52	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	991.704,87	873.397,92	869.168,43	695.794,91	588.026,11	4.552.962,56	8.571.054,80	
Dívidas por operações de seguro direto	1.353.771,80	-	-	-	-	-	1.353.771,80	
Dívidas por operações de resseguro	34.244,26	-	-	-	-	-	34.244,26	
Total do passivo	47.560.409,15	31.196.759,07	41.109.268,42	34.826.335,42	23.545.061,88	104.775.892,88	283.013.726,83	

Euros

Conceito	2019							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.706.290,62	-	-	-	-	-	-	7.706.290,62
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.087.328,41	38.885.483,95	40.406.461,88	38.764.771,64	36.618.473,69	148.197.955,11	338.960.474,68	
Empréstimos concedidos e contas a receber	13.538,53	39.642,82	16.505,84	17.901,91	8.394,20	87.954,37	183.937,67	
Contas a receber por operações de seguro direto	3.277.497,65	-	-	-	-	-	-	3.277.497,65
Contas a receber por operações de resseguro	9.786,12	-	-	-	-	-	-	9.786,12
Total do ativo	47.094.441,33	38.925.126,77	40.422.967,72	38.782.673,55	36.626.867,89	148.285.909,48	350.137.986,74	
Passivo								
Provisão Matemática	39.948.132,93	33.158.333,07	28.955.789,25	38.583.746,47	31.843.470,48	106.262.237,38	278.751.709,58	
Provisão para sinistros	13.113.428,31	-	-	-	-	-	-	13.113.428,31
Provisão para Participação nos Resultados	1.140.648,16	756.076,34	115.587,95	207.354,38	143.407,47	1.312.640,63	3.675.714,92	
Provisão para Prémios não Adquiridos	859.083,93	-	-	-	-	-	-	859.083,93
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	930.930,58	870.064,90	707.315,96	649.944,52	488.262,55	4.429.373,97	8.075.892,48	
Dívidas por operações de seguro direto	1.075.166,08	-	-	-	-	-	-	1.075.166,08
Dívidas por operações de resseguro	80.208,57	-	-	-	-	-	-	80.208,57
Total do passivo	57.147.598,56	34.784.474,31	29.778.693,16	39.441.045,37	32.475.140,50	112.004.251,98	305.631.203,87	



42

DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

/42.1. OBJETIVOS, POLÍTICAS, PROCESSOS E MÉTODOS DE GESTÃO DOS RISCOS/

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às Atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o "rating A" da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;

- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se



encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;

- Comissão de Operações, realiza o seguimento de projetos de adequação do *backoffice*, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2020.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

/42.2. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO /

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

• A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo "*standard*" de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

• A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos

• O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática

• A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

• Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2020, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado (%)	
	2020	2019
Geral	62,76	62,69
Desenvolvimento de produtos	58,87	60,11
Emissão	65,33	66,04
Sinistros	60,77	59,46
Gestão Administrativa	58,17	58,81
Atividades Comerciais	62,78	63,40
Recursos Humanos	46,26	65,79
Comissões	60,74	62,48
Cosseguro / Resseguro	67,56	69,98
Provisões Técnicas	47,60	54,05
Investimentos	66,83	57,16
Sistemas Tecnológicos	69,98	65,30
Atendimento ao Cliente	70,33	65,98

/42.3. GESTÃO DO RISCO DE EPIDEMIA POR COVID-19/

Durante este ano em que convivemos com a epidemia desencadeada pelo COVID-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a elevada solvência da empresa, permitiu e permitirá, encarar com uma certa tranquilidade os cenários de *stress* que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

*O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, **demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades**, permitindo manter a operação da companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço.*

43

**ELEMENTOS
EXTRAPATRIMONIAIS**

Nada a divulgar.

44

**ACONTECIMENTOS APÓS A DATA
DE BALANÇO NÃO DESCRITOS
EM PONTOS ANTERIORES**

Nada a divulgar.



/45

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

/45.1. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE ENTRARAM EM VIGOR E QUE A MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A. APLICOU NA ELABORAÇÃO DAS SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS /

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visou atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tinha data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 – com adoção antecipada permitida – para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Definição de Materialidade (alterações à IAS 1 e IAS 8)

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar as empresas a fazer julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em (a) substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”; (b) incluir o conceito de “ocultação” juntamente com os conceitos de “omissão” e “distorção” de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata.”

As alterações foram efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podiam ser aplicadas antecipadamente.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma



da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do *benchmark* da taxa de juro. As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa, a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do *benchmark* de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflete as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis. As alterações tinham uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Definição de negócio (alterações à IFRS 3 Concentração de Negócios)

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar *outputs*. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode se qualificar como um negócio sem incluir todos os *inputs* e processos necessários para criar *outputs*, ou incluindo os próprios *outputs*, substituindo o termo

“capacidade de criar *outputs*” por “capacidade de contribuir para a criação de *outputs*”.

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir *inputs* ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo *outputs*. As alterações concentram-se em se os *inputs* adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte anual com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

/45.2. NORMAS CONTABILÍSTICAS E/OU INTERPRETAÇÕES, ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA, MAS QUE MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A. DECIDIU OPTAR PELA NÃO APLICAÇÃO ANTECIPADA NA ELABORAÇÃO DAS SUAS DEMONSTRAÇÕES /

COVID 19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “COVID-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o COVID-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.

Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juro – Fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros – Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.



Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018.

/45.3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO EFETIVAS PARA A MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A. /

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proibem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou joint venture, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no



teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023.

Lisboa, 10 de março de 2021

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

/CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Vogal – Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Vogal

Juan Fernández Palacios

Pedro Ribeiro e Silva (representado por Luis Anula Rodriguez)



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anexo 1.1. | 31.12.2020

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. – Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							
PTOTESOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	161,25	2.067.260,31
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		18.724.500,00	114,97		21.527.566,84	116,73	21.857.517,27
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	177,93	9.366.211,92
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		25.323.000,00	98,08		24.837.852,84	116,68	29.547.767,40
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		9.770.000,00	118,69		11.596.005,95	124,53	12.166.831,94

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	139,07	6.831.185,38
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	105,77	7.811.168,39
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.275.000,00	104,06		4.448.670,78	119,48	5.107.900,29
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,40		18.875.623,72	131,09	23.701.348,07
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		400.000,00	103,01		412.048,00	118,39	473.551,40
PTOTEWOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		275.000,00	119,85		329.582,00	127,73	351.256,38
PTOTEXOEO024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	114,69		5.023.526,10	118,46	5.188.598,04
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		9.344.500,00	95,87		8.958.279,62	104,08	9.725.858,69
Subtotal		0	109.415.000,00			115.434.054,00		134.196.455,48
2.1.2.2. - De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. - De outros emissores								
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.100.000,00	99,76		1.097.372,56	102,96	1.132.531,35
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,4 5/2025		2.274.015,78	102,32		2.326.769,03	101,90	2.317.216,55
Subtotal			3.374.015,78			3.424.141,59		3.449.747,90
Subtotal 2.1.2.		0	112.789.015,78			118.858.195,59		137.646.203,38
Subtotal 2.1.		0	112.789.015,78			118.858.195,59		137.646.203,38
2.2. - Títulos estrangeiros								
2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. - Ações								
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	2.016			122,82	247.607,13	134,25	270.648,00
NL0000235190	AIRBUS SE	1.553			67,83	105.346,52	89,78	139.428,34
DE0008404005	ALLIANZ SE	2.049			201,72	413.329,03	200,70	411.234,30
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	1.466			60,55	88.772,64	59,56	87.314,96
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	2.106			49,13	103.472,68	57,01	120.063,06
NL0010273215	ASML HOLDING NV	653			158,43	103.456,38	397,55	259.600,15
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	51.051			3,11	158.739,53	4,03	205.990,78
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	22.727			2,04	46.259,76	2,54	57.681,12
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	10.433			46,60	486.173,65	43,10	449.714,46

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0000120644	DANONE S.A.	5.310			60,88	323.270,74	53,76	285.465,60
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	752			40,66	30.576,97	40,50	30.456,00
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	17.979			13,29	238.886,07	14,95	268.875,94
DE000ENAG999	E.ON SE	3.291			9,79	32.205,11	9,06	29.829,62
IT0003128367	ENEL SPA	26.093			4,70	122.706,23	8,28	215.945,66
FR0010208488	ENGIE S.A.	13.202			13,04	172.141,11	12,52	165.289,04
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	6.169			21,58	133.149,80	22,60	139.419,40
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	3.573			17,54	62.680,76	15,02	53.670,95
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	6.828			24,15	164.895,48	23,88	163.052,64
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	29.246			5,36	156.839,74	11,70	342.178,20
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	14.527			24,53	356.410,97	26,04	378.283,08
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	64.906			2,24	145.273,72	1,91	124.139,21
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	3.007			38,88	116.904,38	43,78	131.646,46
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	566			335,01	189.615,88	510,90	289.169,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	335			184,01	61.643,85	242,80	81.338,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	1.221			89,56	109.358,69	96,40	117.699,48
CH0012005267	NOVARTIS AG	2.521			68,78	173.402,48	77,34	194.975,46
FR0000133308	ORANGE S.A.	16.449			10,83	178.187,69	9,73	160.114,55
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	334			125,86	42.038,12	285,69	95.421,46
FR0000073272	SAFRAN S.A.	1.658			137,74	228.377,19	115,95	192.245,10
FR0000120578	SANOFI	2.903			75,19	218.284,15	78,70	228.466,10
DE0007164600	SAP SE	1.487			82,34	122.435,28	107,22	159.436,14
DE0007236101	SIEMENS AG	2.683			85,83	230.291,45	117,52	315.306,16
IT0003153415	SNAM SPA	25.343			4,51	114.380,43	4,60	116.603,13
FR0000120271	TOTAL S.A.	15.506			42,39	657.343,32	35,30	547.361,80
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	12.508			50,23	628.317,89	49,56	619.959,01
FR0000125486	VINCI S.A.	2.503			65,59	164.180,64	81,36	203.644,08
FR0000127771	VIVENDI SA	14.752			21,05	310.497,43	26,38	389.157,76
Subtotal		389.706				7.237.452,89		8.040.824,60

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2.2. – Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.2.3. – Unidades de participação em fundos de investimento								
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	85.963				85.983,41	1,03	88.500,20
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.217				150.000,01	126,69	154.171,32
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	155.982				1.885.047,82	14,74	2.299.241,76
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	31.174				2.042.820,00	70,31	2.191.778,82
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	326.971				2.175.429,63	7,48	2.445.558,52
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	191.941				1.181.197,20	6,83	1.311.121,23
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	309.643				1.838.746,23	6,18	1.913.409,04
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	12,21	305.294,94
LU1691783135	MAPFRE AM – GLOBAL BOND I EUR	140.101				1.400.562,60	10,03	1.404.934,46
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	3.500				35.000,00	10,00	35.000,00
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	8.250				82.500,00	10,00	82.500,00
Subtotal		1.279.741				11.105.286,90		12.231.510,29
2.2.2.4. – Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		1.669.447				18.342.739,79		20.272.334,89
2.2.2. – Títulos de dívida								
2.2.2.1. – De dívida pública								
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	155,42	1.049.099,21
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	100,60	4.225.288,84
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	183,11	7.800.567,47
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	121,07	121.073,29
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	181,37	45.341,92
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.845.000,00	100,49		2.858.880,94	125,68	3.575.710,46
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		3.221.000,00	104,06		3.351.661,34	105,72	3.405.292,04
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	120,01		5.004.404,92	137,96	5.752.968,81
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	112,43	2.895.000,07

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.100.000,00	70,51		1.480.740,63	100,62	2.113.089,95
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	114,96	2.615.357,75
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	166,98	3.948.992,52
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	142,73	2.260.838,58
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	198,72	6.351.103,14
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	117,19	1.007.857,85
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	100,83	2.974.419,57
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	113,11	1.866.324,84
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	101,21	708.455,79
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	97,88	685.164,99
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.110.000,00	86,75		3.565.427,00	163,25	6.709.524,64
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	111,95	1.007.552,00
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		50.000,00	137,49		68.743,33	147,52	73.759,62
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	160,95	563.328,41
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.470.000,00	108,45		9.186.047,05	116,76	9.889.151,55
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		4.120.000,00	100,26		4.130.850,01	113,24	4.665.596,45
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		3.907.000,00	97,30		3.801.448,02	113,35	4.428.723,54
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.640.000,00	102,08		7.799.129,01	112,96	8.630.243,64
Subtotal		0	69.998.000,00			69.616.719,21		89.369.826,94
2.2.2.2. - De outros emissores públicos								
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		450.000,00	98,90		445.050,00	106,11	477.506,93
EU000A1G0EH3	EUROPEAN FINANCIAL STABILITY F 0 4/2023		300.000,00	100,68		302.043,00	101,57	304.699,47
Subtotal		0	750.000,00			747.093,00		782.206,40
2.2.2.3. - De outros emissores								
XS2125913942	ABBVIE INC 1,5 11/2023		1.200.000,00	98,86		1.186.336,84	104,79	1.257.499,32
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	104,46	731.210,87
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	102,90	5.145.189,99
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	103,14	5.156.836,87
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	102,59	307.760,94

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	105,34	1.053.443,73
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	106,31	212.627,28
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.300.000,00	87,76		1.140.874,11	103,65	1.347.406,82
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	109,55	4.655.990,36
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	102,82	3.598.608,22
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2026		450.000,00	104,88		471.980,00	102,54	461.447,04
DE000DL19T18	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,375 1/2021		100.000,00	99,19		99.185,00	100,39	100.388,62
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,421 10/2024		6.900.000,00	99,92		6.894.808,78	100,47	6.932.602,02
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		4.000.000,00	100,00		4.000.000,00	102,85	4.114.026,79
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V. 0,9 10/2026		3.000.000,00	100,00		3.000.000,00	107,12	3.213.670,62
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V. 0,9 12/2026		2.000.000,00	99,10		1.982.000,00	101,33	2.026.629,99
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		100.000,00	100,00		100.000,00	100,21	100.207,87
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V. 0,97 5/2028		2.200.000,00	100,00		2.199.999,47	107,27	2.359.835,37
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V. 1,01 5/2028		4.000.000,00	100,00		4.000.000,00	102,93	4.117.170,51
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V. 1,1 9/2026		2.000.000,00	100,00		2.000.000,00	111,72	2.234.426,30
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V. 1,35 9/2026		3.000.000,00	100,00		3.000.000,00	112,33	3.370.006,10
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	105,94	529.723,65
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		1.800.000,00	93,66		1.685.878,44	99,66	1.793.815,88
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	106,77	640.629,21
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 1 11/2021		250.000,00	101,44		253.606,84	101,45	253.633,51
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,239 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	101,14	505.699,58
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP 0,022 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,59	301.765,90
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		320.000,00	105,37		337.183,52	106,99	342.371,22
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		300.000,00	93,58		280.736,87	103,62	310.845,97
XS2103230152	POSCO 0,5 1/2024		200.000,00	96,21		192.427,73	100,90	201.791,22
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	102,30	2.045.947,87
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	105,49	421.941,18
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	103,35	103.351,28
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	104,12	3.956.420,68

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	Subtotal	0	61.270.000,00			60.767.235,97		63.904.922,78
	Subtotal 2.2.2.	0	132.018.000,00			131.131.048,18		154.056.956,12
	Subtotal 2.2.	1.669.447	132.018.000,00			149.473.787,97		174.329.291,01
	2.3. – Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. – Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	1.669.447	244.807.015,78			268.331.983,56		311.975.494,39
	Total Geral	1.669.447	244.807.015,78			268.331.983,56		311.975.494,39

* Inclui o valor dos juros decorridos

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Anexo 1.2. | 31.12.2019**

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							

* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. - Títulos estrangeiros							
	1.2.1. - Partes de capital em filiais							
	1.2.2. - Partes de capital em associadas							
	1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Sub-total							
	1.2.9. - Outros títulos em filiais							
	1.2.10. - Outros títulos em associadas							
	1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							
	2. - OUTROS							
	2.1. - Títulos nacionais							
	2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. - Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. - Títulos de dívida							
	2.1.2.1. - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	151,81	1.946.151,01

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		20.924.500,00	114,31		23.919.346,84	120,61	25.237.137,81
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	161,98	8.526.845,10
PTOTECOE0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020		350.000,00	112,43		393.491,00	105,04	367.645,58
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		26.023.000,00	98,14		25.540.022,87	116,72	30.372.842,92
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.590.000,00	118,89		12.590.566,49	128,82	13.641.956,61
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	136,76	6.717.619,06
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	107,62	7.947.878,17
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.275.000,00	104,06		4.448.670,78	118,83	5.079.909,60
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,40		18.875.623,72	130,79	23.647.472,23
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		400.000,00	103,01		412.048,00	115,52	462.071,94
PTOTEWOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		275.000,00	119,85		329.582,00	121,10	333.022,45
PTOTEXOE0024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	114,69		5.023.526,10	115,08	5.040.679,40
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		11.219.000,00	98,42		11.042.078,21	108,48	12.170.929,61
Subtotal		0	115.359.500,00			121.999.854,16	.	141.492.161,49
2.1.2.2. - De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. - De outros emissores								
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.600.000,00	99,76		1.596.206,84	103,07	1.649.188,38
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,502 5/2025		2.797.987,42	103,00		2.881.927,08	102,29	2.861.947,36
Subtotal			4.397.987,42			4.478.133,92	.	4.511.135,74
Subtotal 2.1.2.		0	119.757.487,42			126.477.988,08	.	146.003.297,23
Subtotal 2.1.		0	119.757.487,42			126.477.988,08	.	146.003.297,23
2.2. - Títulos estrangeiros								
2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. - Ações								
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	9.624			23,46	225.800,89	35,65	343.095,60
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	4.111			101,09	415.599,15	126,20	518.808,20
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	3.142			127,52	400.659,90	130,48	409.968,16
DE0008404005	ALLIANZ SE	2.195			201,89	443.146,92	218,40	479.388,00
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	248			88,20	21.873,57	72,71	18.032,08
NL0010273215	ASML HOLDING NV	1.941			157,41	305.532,14	263,70	511.841,70
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	92.869			5,81	540.015,17	4,98	462.766,22
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	125.938			4,48	564.583,81	3,73	469.748,74
ES0113679I37	BANKINTER S.A.	5.726			2,85	16.319,04	6,53	37.402,23
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	13.564			46,60	632.142,46	52,83	716.586,12

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR000120644	DANONE S.A.	6.544			60,80	397.905,10	73,90	483.601,60
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	31.355			13,74	430.827,80	14,57	456.842,35
DE000ENAG999	E.ON SE	15.833			7,50	118.826,13	9,52	150.793,48
IT0003128367	ENEL SPA	79.159			4,74	375.415,66	7,07	559.812,44
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.430			13,52	303.259,78	14,40	322.992,00
IT0003132476	ENI SPA	36.945			14,63	540.509,77	13,85	511.540,46
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	20.431			18,41	376.169,29	26,97	551.024,07
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.797			17,50	118.920,83	21,01	142.823,49
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	7.394			19,81	146.453,56	31,43	232.393,42
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	82.105			4,68	384.628,28	9,18	753.723,90
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	25.097			25,01	627.674,82	31,45	789.300,65
NL0011821202	ING GROEP N.V.	31.117			10,96	341.062,86	10,69	332.578,48
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	70.665			2,24	158.163,62	2,35	165.956,74
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	1.110			335,51	372.410,93	414,20	459.762,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.512			156,76	237.023,19	263,00	397.656,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	2.230			75,15	167.579,30	96,52	215.245,15
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.199			56,71	67.993,07	84,66	101.504,38
FR0000133308	ORANGE S.A.	24.168			12,84	310.227,06	13,12	317.084,16
ES0173516115	REPSOL S.A.	34.781			12,96	450.784,19	13,93	484.499,33
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	783			133,40	104.455,77	289,25	226.486,08
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	10.009			25,37	253.919,89	26,16	261.885,47
FR0000120578	SANOFI	4.272			71,46	305.268,01	89,62	382.856,64
DE0007164600	SAP SE	4.306			76,59	329.808,91	120,32	518.097,92
DE0007236101	SIEMENS AG	6.838			97,05	663.613,74	116,54	796.900,52
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	72.523			7,31	529.838,99	6,23	451.600,71
FR0000120271	TOTAL S.A.	17.943			42,74	766.904,09	49,20	882.795,60
NL0000388619	UNILEVER NV	9.422			52,43	494.008,65	51,23	482.689,06
FR0000125486	VINCI S.A.	5.146			65,31	336.077,79	99,00	509.454,00
FR0000127771	VIVENDI SA	25.662			21,26	545.475,48	25,82	662.592,84
	Subtotal	917.134			.	13.820.879,61	.	16.572.129,99
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR	35.000				35.000,00	1,02	35.700,00
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	48.722				48.747,19	1,02	49.692,68

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.884				957.017,65	367,95	1.429.264,97
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	134.109				1.585.047,82	14,93	2.002.002,99
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	22.131				1.412.985,00	70,22	1.554.048,88
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	260.731				1.725.429,63	7,09	1.847.878,88
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	167.400				1.031.197,20	6,59	1.102.773,48
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	276.035				1.638.746,23	6,15	1.697.715,99
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	10,77	269.235,26
Subtotal		973.010				8.662.170,72		9.988.313,13
2.2.2.4. - Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		1.890.144		0,00		22.483.050,33		26.560.443,12
2.2.2. - Títulos de dívida								
2.2.2.1. - De dívida pública								
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	149,84	524.431,44
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.530.000,00	108,45		9.251.119,40	118,12	10.076.016,13
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		4.250.000,00	99,97		4.248.930,06	107,90	4.585.753,76
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		4.100.000,00	97,19		3.984.667,00	107,73	4.416.843,18
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.670.000,00	102,01		7.824.358,75	109,98	8.435.670,14
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	155,64	1.050.543,20
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	100,72	4.230.151,54
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	173,70	7.399.715,88
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	124,61	124.609,68
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	171,53	42.882,15
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.945.000,00	100,60		2.962.554,22	127,68	3.760.218,28
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		300.000,00	89,27		267.795,00	105,31	315.943,95
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	111,63	10.995.305,88
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	140,08	5.841.469,67
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	118,44	3.049.707,61
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	100,75	2.820.971,28
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	118,32	2.691.848,24
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	164,59	3.892.603,35
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	142,35	2.254.850,75
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	185,95	5.942.950,13
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	119,49	1.027.597,06
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	100,81	2.973.886,96

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	114,11	1.882.828,25
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	98,00	685.979,46
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	92,78	649.429,99
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.110.000,00	86,75		3.565.427,00	156,53	6.433.234,58
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	109,37	984.288,88
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		150.000,00	137,49		206.230,00	133,39	200.090,34
Subtotal		0	78.240.000,00			77.756.357,11		97.289.821,76
2.2.2.2. - De outros emissores públicos								
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	112,38	1.123.837,89
Subtotal		0	1.000.000,00			989.000,00		1.123.837,89
2.2.2.3. - De outros emissores								
XS2025466413	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A. 0,625 7/2025		400.000,00	99,42		397.660,00	99,05	396.194,38
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		240.000,00	107,03		256.872,00	112,56	270.153,58
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	104,69	732.821,43
XS2029574634	ALD S.A. 0,375 7/2023		500.000,00	100,74		503.700,00	100,29	501.428,88
XS1909193150	ALLERGAN FUNDING SCS 1,5 11/2023		1.200.000,00	99,63		1.195.536,00	105,51	1.266.133,36
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	105,48	5.273.965,04
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	105,44	5.271.821,53
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	102,29	306.858,25
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	105,07	1.050.721,64
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	105,16	210.311,72
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	107,56	1.935.993,16
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	114,18	4.852.579,77
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	102,29	3.580.198,39
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2026		450.000,00	104,88		471.980,00	104,73	471.265,97
DE000DL19T18	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,375 1/2021		100.000,00	99,19		99.185,00	100,25	100.251,98
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,52 10/2024		6.900.000,00	100,00		6.900.000,00	99,98	6.898.651,40
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		4.000.000,00	100,00		4.000.000,00	96,65	3.865.962,82
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	106,67	533.337,76
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		2.200.000,00	92,66		2.038.478,44	96,31	2.118.755,38
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	113,34	680.019,51
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 1 11/2021		250.000,00	101,58		253.953,66	102,15	255.368,45
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,382 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	100,97	504.858,75
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP 0,15 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,24	300.715,86
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	109,84	3.602.762,66

(continua)



(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		500.000,00	100,56		502.800,00	100,98	504.891,48
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	101,08	2.021.623,70
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	106,65	426.580,80
FR0013428414	RENAULT S.A. 1,25 6/2025		1.500.000,00	101,72		1.525.850,00	100,53	1.508.005,36
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	104,17	104.167,21
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	108,32	324.952,66
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	102,88	3.909.450,28
	Subtotal	0	51.770.000,00			51.203.271,80		53.780.803,16
	Subtotal 2.2.2.	0	131.010.000,00			129.948.628,91		152.194.462,81
	Subtotal 2.2.	1.890.144	131.010.000,00			152.431.679,24		178.754.905,93
	2.3. - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	1.890.144	250.767.487,42			278.909.667,32		324.758.203,16
	Total Geral	1.890.144	250.767.487,42			278.909.667,32		324.758.203,16

* Inclui o valor dos juros decorridos



DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)
Anexo 2.1. | 31.12.2020

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistros * com montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2020 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	12.761.658,47	7.173.906,19	5.144.877,30	(442.874,98)
Não vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho				0,00
Acidentes pessoais e pessoas transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo e transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias transportadas				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	12.761.658,47	7.173.906,19	5.144.877,30	(442.874,98)

* Sinistros ocorridos no ano 2019 e anteriores

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)
Anexo 2.2. | 31.12.2019

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (1)	Custos com sinistros * com montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2019 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	13.131.725,66	8.478.853,11	3.526.035,30	(1.126.837,25)
Não vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho				0,00
Acidentes pessoais e pessoas transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo e transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias transportadas				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	13.131.725,66	8.478.853,11	3.526.035,30	(1.126.837,25)

* Sinistros ocorridos no ano 2018 e anteriores



05

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 332.492.134,96 euros e um total de capital próprio de 50.209.484,53 euros, incluindo um resultado líquido de 2.885.244,66 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MAPFRE Seguros de Vida, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - inscrita na D.R.C.C. N.º 189 - inscrita na C.N.V.M. N.º 20181489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade) (311.975.495 euros)

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e a carteira de ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas totalizam 311.975.495 euros, representando cerca de 94% do ativo, conforme notas 4 e 5 às demonstrações financeiras.

O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido nas notas 4.2 e 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como as condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A evolução da conjuntura económica, bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID - 19 e respetivos efeitos poderão criar volatilidade nos mercados com impactos no apuramento futuro do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros;
- Testámos a valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos.
- Testámos a imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento (258.884.536 euros)

Em 31 de dezembro de 2020, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, no montante de 258.884.536 euros e 8.209.313 euros,





respetivamente representam, em conjunto 95% do Passivo à mesma data, conforme notas 14 e 15 às demonstrações financeiras.

O Risco

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e actuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento técnico.
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.
- Analisámos a movimentação das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adotados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado.
- Avaliámos o trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário da Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

3



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF");
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer

4





incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA

5



mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 15 de março de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:

- Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

23 de março de 2021

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes (ROC n.º 1581)

6



Mapfre Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

Senhores Acionistas

- No âmbito geral das disposições dos artigos 413ª a 423ª-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 26ª e 27ª dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018 e pela lei 7/2019, tendo em conta as disposições legais pertinentes às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do mencionado Código, apresentar relatório sobre a sua ação fiscalizadora, e dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros de Vida, SA, tudo relativamente ao exercício findo em 31-12-2020.
- Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas tomadas em Assembleias Gerais de 25-7-2018 e de 5-12-2018 para o triénio 2018-2020, tendo-lhe cabido dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros de Vida SA já relativamente ao exercício de 2018.
- O Conselho Fiscal voltou a tomar como ponto de partida da sua análise todos os documentos de contas relativos ao triénio anterior a 2018, e analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal de julho, outubro, dezembro de 2020 e março de 2021.
- O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração o designado Relatório ORSA (Own Risk and Solvency Assessment) referido a 31-3-2020, estando ainda em preparação, no seu prazo próprio, o Relatório relativo a 31-12-2020.
- O Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório da Actuarial de 12-2-2021 relativo ao provisionamento a 31-12-2020, e analisou e discutiu também os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas KPMG: “Relatório para o Conselho Fiscal” de 14-12-2020, e “Relatório para o Conselho Fiscal” de 15-3-2021, ambos com referência a 31-12-2020.

Mapfre Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

- O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 30-3-2020, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o administrador-delegado e com os mencionados diretores financeiros e de auditoria interna, em 20-7-2020, em 21-10-2020, em 14-12-2020, e em 1-3-2021, e reuniu ainda de novo (à distância) em 24-3-2021, para apreciar os documentos finais e formular e aprovar o seu parecer.
- Nas reuniões de 21-10-2020, de 14-12-2020 e de 1-3-2021, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas “Relatório para o Conselho Fiscal de 14-12-2020” e “projeto de Relatório para o Conselho Fiscal, de 15-3-2021”, ambos relativos às demonstrações financeiras para o ano findo em 31-12-2020.
- O Conselho Fiscal recebeu em 24-2-2021, e analisou depois devidamente, versão preliminar do Relatório de Gestão 2020 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2020 e o Balanço em 31-12-2020, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo tendo sido discutido na reunião do Conselho Fiscal de 1-3-2021 e na reunião que, na mesma data, teve com a administração e diretores financeiro e de auditoria interna da Sociedade, e com os representantes da auditora KPMG, tendo já em conta, também e simultaneamente, o projeto do antes mencionado “Relatório para o Conselho Fiscal, de 15-3-2021”, da KPMG.
- Na mesma reunião de 1-3-2021 foi ainda analisado e discutido o mencionado relatório de Actuarial de 12-2-2021 sobre o provisionamento da Mapfre Seguros de Vida a 31 de dezembro de 2020.
- Na reunião de 1-3-2021 e no seu próprio Relatório em versão preliminar, os auditores KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2020; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas e as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos, tudo tendo sido discutido e adequadamente



Mapfre Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

suportado.

11. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2020, como ocorrera antes relativamente à atividade e ao exercício de 2019, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e, designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros de Vida, sobre as respetivas bases técnicas e bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes.

12. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, alcançou receber dos demais órgãos e dos serviços da Sociedade a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas.

13. O Conselho Fiscal teve também em conta, entretanto, todas as recomendações da ASF, da EIOPA e de outras autoridades financeiras de referência, posteriores à nota informativa pública e inaugural da ASF de 18-3-2020, sobre o prolongado evento “Covid-19”, e a declaração inaugural de 17-3-2020 da EIOPA (the European Insurance and Occupational Authority) sobre ações para mitigar, medir e acompanhar o impacto do “Covid-19” no setor segurador.

14. O Conselho Fiscal teve designadamente em conta o documento da OROC sobre “potenciais impactos do Covid-19 na auditoria”, de maio de 2020, a “recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico”, de 9-6-2020, sobre restrições à distribuição de dividendos, a recomendação convergente do Banco Central Europeu, de 15-12-2020, dirigida às instituições financeiras sob a sua supervisão, e a “circular aos órgãos de fiscalização das entidades de interesse público”, de 18-12-2020, da CNVM, sobre questões a analisar quanto ao exercício de 2020.

15. O Conselho Fiscal analisou ainda, entre outros documentos, o decreto-lei 22-A/2021, que prorrogou prazos e medidas excecionais e temporárias relativas ao Covid-19, e os anteriores decretos-lei 78-A/2020 e 20-F/2020, a norma regulamentar da ASF 2/2021 sobre alterações temporárias ao plano de contas, a circular 1/2021 da ASF, reportada ao regulamento EU 2019/2088, de 27-11-2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, as circulares 4/2020 e 5/2020, que voltaram a dar orientações restritivas, quer às empresas de seguros quer

Mapfre Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

às entidades gestoras de fundos de pensões, sobre a distribuição de dividendos ou sobre outras medidas que possam afetar os capitais próprios, e a fazer submeter previamente à ASF informação sobre quaisquer medidas com o mesmo resultado, em orientação convergente com a mencionada recomendação do Banco Central Europeu de 15-12-2020 e com a mencionada recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico de 8-6-2020.

16. O Conselho Fiscal analisou também a norma regulamentar 10/2020 R, de 3-11-2020, sobre informação a prestar regularmente à ASF pelas empresas de seguros, e o regulamento de execução (UE) 2021/178, de 8-2-2021, sobre informações técnicas para o cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios.

17. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder à informação sobre alguns indicadores do mercado, no Relatório de Evolução da Atividade Seguradora, relativo ao quarto trimestre de 2020, preparado pela ASF e divulgado em 23-2-2021, fazendo evidenciar os bons resultados da Mapfre Vida.

18. As medidas imediatas e as medidas continuadas entretanto tomadas pela Sociedade, e entretanto adequadamente informadas ao Conselho Fiscal, mitigaram enormemente o risco da sua exposição imediata e continuada à pandemia, estando e continuando a Sociedade a funcionar integralmente, ainda que predominantemente em regime de teletrabalho, preservando o seu ativo humano, realizando simultaneamente toda a sua atividade operacional, e observando todas as prescrições de fazer e todas as prescrições de não fazer determinadas às empresas de seguros, por leis excecionais sucessivamente renovadas ou acrescentadas, ou por determinações sucessivas das autoridades competentes.

19. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatório ORSA”, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), ainda que continue a não permitir avaliar integralmente o possível impacto económico e social da pandemia ainda em curso, permitiu já concluir que a Sociedade é adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, que será e continuará comparativamente mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade e que, por isso mesmo, a sua atividade em 2020 se acomodou com evidente êxito às consequências do “interregno” social e económico em 2020, e que será ainda resiliente ao continuado impacto do mesmo evento pandémico em 2021, como é também o entendimento convergente quer do Conselho de Administração da Sociedade, confirmada no seu Relatório de Gestão, quer dos auditores da KPMG.

20. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, e também, como de novo realça, nos



Mapfre Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

pedidos que fez com base nas mencionadas recomendações relativas ao impacto da pandemia Covid-19 e às diferentes evoluções regulamentares ocorridas em 2020 e já em 2021, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade, e também dos seus Auditores, a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem continuar a superar em 2021 o impacto da situação pandémica ainda em curso.

21. O Conselho Fiscal foi também informado pela Sociedade de que esta voltou a pedir, e alcançou obter dos seus principais fornecedores e parceiros, garantias razoáveis e adequadas de que a situação de pandemia em curso, não afetará, entretanto, nem afetará no futuro, quaisquer aspetos essenciais das suas operações.

22. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, a “carta de representação” do Conselho de Administração com data de 23-3-2021 e dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

23. Tendo em conta o que fica como relatório da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu parecer e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros de Vida, SA, em 2020.

24. Tendo ainda em conta o que fica como relatório da sua atividade, e a informação recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser parecer seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2020, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2020, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2020.

25. Não são conhecidos nem previsíveis eventos posteriores a 31-12-2020 – para além da situação pandémica ainda em curso – que possam afetar a sociedade ou afetem ou diminuam a apreciação muito favorável feita pelo Conselho Fiscal à atividade e às contas da Sociedade em 2020, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2020, e a continuada afetação integral dos resultados do exercício findo à reserva legal e a reservas livres, fatores muito favoráveis para que a Sociedade possa continuar a superar

Mapfre Seguros de Vida, SA

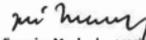
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2020

positivamente e, de novo, continuar a superar comparativamente melhor, o impacto social e económico da pandemia em Portugal.

26. Tendo em conta quando diz e fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2020;
- Aprove as Contas relativas ao exercício de 2020 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG, como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão, e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de o resultado líquido do exercício – no montante de 2.885.244,66 € (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro euros, e sessenta e seis centésimos) - ser destinado ao reforço dos fundos próprios da Sociedade, da seguinte forma:**
 - 288.524,47 € (duzentos e oitenta e oito mil e quinhentos e vinte e quatro euros, e quarenta e sete centésimos), como reserva legal;
 - 2.596.720,19 € (dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte euros, e dezanove centésimos), como reservas livres;
- Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 24 de março de 2021


José Ferreira Machado, presidente

Luis Filipe Caldas, vogal

João Sobral do Rosário, vogal

José Gabriel Chimeno, vogal suplente




Luis Filipe
Caldas

Assinado por : João Francisco Baptista Coleção
Sobral do Rosário
Num. de Identificação: 0110323543



RELATÓRIO E CONTAS 2020
MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.



Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal

www.mapfre.pt



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.    choice.pt